



90 ANOS
DESDE 1932
EDIÇÃO 24.746



DIÁRIO DO
COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

www.diariodocomercio.com.br

Belo Horizonte, terça-feira, 27 de dezembro de 2022

R\$ 2,50

Exportações de cachaça de MG registram expansão de 135%

Demanda cresce com a retomada das atividades econômicas após período mais crítico da pandemia

As exportações mineiras de cachaça deram um salto de 135% em valor e de 86% em volume de janeiro a novembro frente a igual período de 2021, estimuladas pela retomada das atividades econômicas e das festas após o período mais crítico da pandemia da Covid 19, além das ações desenvolvidas para a capacitação e promoção do setor.

Responsável por 11,2% do faturamento dos embarques do País, o Estado registrou um montante de US\$ 2,069 milhões com as vendas externas de 378 mil litros de cachaça, de acordo com o Ibrac, e subiu da quinta para a terceira posição de maiores exportadores, atrás de São Paulo, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro. Em volume, a participação de Minas foi de 4,4% do total enviado ao exterior.

Portugal, Itália, Paraguai e os Estados Unidos se destacam entre os países que mais compram a cachaça mineira, afirma o subsecretário de Política e Economia Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, João Ricardo Albanez. Pág. 8



Minas Gerais realizou embarques de 378 mil litros de cachaça de janeiro a novembro, que geraram faturamento de US\$ 2,069 milhões

Copasa busca ampliação da capacidade de investimento

No valor de R\$ 9,523 bilhões, o Programa de Investimentos Plurianual da Copasa será implantado de forma progressiva em cinco anos. Em 2023, os aportes serão de R\$ 1,757 bilhão e, em 2027, de R\$ 2,010 bilhões. Do total, R\$ 8,13 bilhões serão destinados para água, esgoto e desenvolvimento empresarial, e R\$ 1,4 bilhão, para capitalizações. O presidente da companhia, Guilherme Augusto Duarte Faria, afirma que a empresa vem se esforçando, nos últimos três anos, para ampliar a capacidade de investir e incluir todos os municípios mineiros atendidos pela Copasa e Copanor na universalização do saneamento e abastecimento até 2033. Pág. 4



A Copasa se esforça para universalizar os serviços até 2033

Wabtec Corporation fecha a aquisição da Super Metal

Sediada em Contagem, a Wabtec Corporation adquiriu a Super Metal, empresa de soluções automatizadas de veículos e equipamentos para operações ferroviárias. Instalada em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, a Super Metal investiu mais de R\$ 10 milhões em estrutura nos últimos anos, incluindo galpão, maquinários e tecnologia. A companhia detém mais de 20 patentes. Entre as suas ações, está o aprimoramento e a ampliação da tecnologia de adaptação de veículos comuns e escavadeiras hidráulicas em veículos rodoferroviários. O CEO da Wabtec, Danilo Miyasato, afirmou que a aquisição significa um importante passo para o crescimento da empresa na América do Sul. Pág. 9

EDITORIAL

Embora tenha ainda três dias, ou quatro, para fazer mais que os acertos finais do terno que usará na posse, o presidente Lula a rigor subirá – e pela terceira vez, feito que não tem precedentes – a rampa do Palácio do Planalto sem que possa dizer que levará debaixo do braço um projeto para os próximos quatro anos. O governo que chega não tem um projeto pronto e acabado, menos ainda alguma coisa que possa tirar das mangas. E como não pode também dizer que não sabia exatamente onde está se metendo, inclusive com relação aos maus humores que parecem inevitáveis, assusta também que não tenha dito em nenhum momento que cortar despesas, cortar para valer e a fundo, por exemplo, acabando com os “penduricalhos” que vêm do passado e passaram ilesos pelo governo que termina e que, somados, representam tanto a farra dos marajás quando parte substancial do desarranjo das contas públicas. “Confiança exagerada”, pag. 2

ARTIGOS

Págs. 2 e 3

Usina solar em áreas agrícolas

(Rodrigo Leite)

Democracia e terrorismo

(Cesar Vanucci)

Você está pronto para os desafios de 2023?

(David Braga)

Agricultura familiar mineira

(Benjamin Salles Duarte)

A infraestrutura brasileira e o princípio da impenetrabilidade

(Diogo Mac Cord)

Minaspetro aprova ICMS único para os combustíveis

A fixação de uma alíquota única de ICMS para diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo (GLP) em todo o território nacional, conforme convênio assinado pelo Confaz, agrada ao Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de Minas Gerais (Minaspetro). A medida fixa a cobrança para o diesel e biodiesel em R\$ 0,9456 por litro e para o gás de cozinha, em R\$ 1,2571 por quilograma. A gasolina ficou de fora do acordo. A norma deve entrar em vigor no dia 1º de abril de 2023. Para a entidade, “é uma alteração saudável ao mercado varejista, que dá previsibilidade ao setor e acaba com a guerra fiscal”. Pág. 6



A gasolina ficou de fora da unificação da alíquota do ICMS

Assembleia aprova reajuste dos deputados estaduais

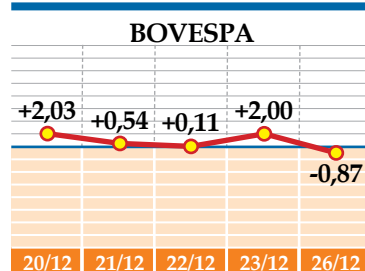
O Projeto de Lei (PL) 4.115/22, de autoria da Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), foi aprovado ontem pelo Plenário da Casa. A matéria trata do subsídio dos deputados estaduais, conforme previsto no inciso XX do artigo 61 da Constituição do Estado. A proposição fixa o subsídio mensal no limite previsto na Constituição da República (§ 2º do artigo 27), ou seja, em 75% do estabelecido para os deputados federais. O reajuste é escalonado até 2025. Conforme o Decreto Legislativo 172, de 2022, que reajustou os subsídios em nível federal, os percentuais previstos não alcançam 60% da inflação acumulada desde 2016, quando ocorreu a última revisão. Pág. 7



Dólar - dia 26	
Comercial	
Compra: R\$ 5,2080	Venda: R\$ 5,2090
Turismo	
Compra: R\$ 5,3300	Venda: R\$ 5,4180
Ptax (BC)	
Compra: R\$ 5,1866	Venda: R\$ 5,1872

Euro - dia 26	
Compra: R\$ 5,5118	Venda: R\$ 5,5145
Ouro - dia 26	
Nova York (onça-troy):	US\$ 1.807,31
BM&F (g):	R\$ 299,80

TR (dia 27):	0,0000%
Poupança (dia 27):	0,6770%
IPCA-IBGE (Novembro):	0,41%
IPCA-Ipead (Novembro):	0,26%
IGP-M (Novembro):	-0,56%



Agricultura familiar mineira

*BENJAMIN SALLES DUARTE **

Nos cenários rurais de Minas Gerais, com 58,6 milhões de hectares e 853 municípios, havendo efetiva e permanente assistência técnica, mercados atraentes, interno e externo, adoção de inovações tecnológicas nas culturas e criações, gestão visando bons resultados econômicos, sociais e ambientais revelam as crescentes demandas dos 605,7 mil estabelecimentos, segundo o **Censo Agropecuário 2017**, dos quais **443,2 mil (72,7%)** são da agricultura familiar, porém, existindo ainda cenários comerciais abertos às atividades agropecuárias e reunindo os médios produtores e grandes empresários do agronegócio mineiro.

Entretanto, não haveria como sustentar, à luz dos fatos, esse controverso **ideológico** entre agricultura familiar versus agronegócio, pois, todos estão submetidos, com suas singularidades socioeconômicas, às regras dos mercados e leis ambientais vigentes. As tecnologias e boas práticas sustentáveis abrangem o universo rural e devem ser **ajustadas** às características agroeconômicas regionais.

Vejam alguns dados expressivos da agricultura familiar: considerando a idade dos produtores (as) de 45 anos para mais de 65 anos somam 79,0%; a posse da terra de 1 hectare a menos 50 hectares abrangem 82,5% dos **605,7 mil** estabelecimentos; das pessoas ocupadas na agricultura familiar, 85% têm laços de parentescos; 90,7% acessam a energia elétrica, sendo um **“insumo”** indispensável à produção, acesso regular à informação e bem-estar social no campo, enquanto qualidade de vida!

Somando-se os fruticultores e horticultores familiares de Minas Gerais, a área total explorada atinge 260 mil hectares e gerando **520 mil** empregos diretos nas regiões produtoras, e lembrando que o Estado é o 2º polo brasileiro de horticultura e o 3º produtor de frutas, sendo que entre 45% a 60% desses agentes econômicos se enquadram na agricultura familiar.

O segmento familiar responde também por 70% a 80% da oferta dos queijos artesanais, e cujos padrões sequentes de qualidade logram renovados prêmios internacionais. Nessa panorâmica, estimam-se que 10,8 mil apicultores familiares produzem mel no Estado, e 59,4% das ofertas são originárias do Sul/Sudoeste, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Jequitinhonha e Norte de Minas.

E mais, 463 municípios mineiros produzem café e a agricultura familiar responde por 85,3% da oferta, e o Estado lidera a produção nacional e as exportações do café arábica; 234,1 mil produtores familiares dedicam-se à pecuária leiteira, com uma produção estimada de 35 mil toneladas anuais de derivados do leite (Emater-MG).

Por outro lado, os agricultores familiares irrigam 246,1 mil hectares, através de diversos métodos de irrigação, e se concentram em 64,1% nas regiões do Norte de Minas e Sul/Sudoeste de Minas.

A agricultura irrigada poderá avançar mais, com ganhos sequentes de produção, produtividade e gestão da água! Segundo o Censo Agro 2017, 1,83 milhão de pessoas estavam ocupadas nos **605,7 mil** estabelecimentos agropecuários, sendo 41,0% na agricultura não familiar e 59% na agricultura familiar, sendo que 87,2% são proprietários do total dos estabelecimentos censados.

Minas Gerais **lidera** a produção de alimentos orgânicos no Brasil, com 10,8 mil estabelecimentos, e predomínio dos agricultores familiares (IBGE/2021). A produção de azeites e vinhos mineiros, premiados, conta com a efetiva presença da agricultura familiar numa probabilidade acima de 70,0%. É preciso conhecer para medir e planejar!

Contudo, sem subestimar centenas de condicionantes que afetam a agroeconomia, que já coleciona bons exemplos de sucesso, sem dúvida alguma, emerge indispensável, estratégica e somando forças a necessidade de fortalecer e ampliar as bases cooperativas e associativas.

Assim posto, o **cooperativismo** e o **associativismo** em Minas Gerais, e no Brasil, são ferramentas poderosas de integração econômica, social e ambiental, que passam pela agropecuária mineira. As políticas públicas também são estratégicas para promover o desempenho eficiente da agricultura familiar mineira e seus papéis na segurança alimentar!

**Engenheiro agrônomo*

Você está pronto para os desafios de 2023?

*DAVID BRAGA **

DIVULGAÇÃO



Quando tratamos de vida profissional, quantos de nós não ficaram ou estão em empregos medíocres por medo de perder a “estabilidade”? Também não é curta a lista de pessoas que desistiram de fazer o que realmente sonharam, porque ganhariam menos do que o salário que recebem nesse trabalho que não lhes preenche. Portanto, quando superamos medos e encaramos desafios, geralmente é quando desenvolvemos habilidades e competências até então pouco exploradas. É aí que descobrimos potencialidades, nos surpreendemos com tudo o que somos capazes de fazer e ser. Então, da próxima vez que você for desafiado por seu líder, lembre-se do quão positivo isso é para a sua carreira profissional. E, você, já parou para refletir se está pronto(a) para os desafios que lhe aguardam para 2023? Pense nisso.

**CEO, board advisor e headhunter da Prime Talent, empresa de busca e seleção de executivos, presente em 30 países pela Agilium Group; é conselheiro de Administração e professor convidado pela Fundação Dom Cabral; além de conselheiro da ABRH MG, AC Minas e ChildFund Brasil. Instagrams: @davidbraga | @prime.talent*

A infraestrutura brasileira e o princípio da impenetrabilidade

*DIOGO MAC CORD **

Um bom diagnóstico é meio caminho andado para a cura. Que o Brasil investe pouco é fato conhecido; para buscar a razão, proponho duas hipóteses: a primeira, de que falta capital para alocar em projetos de infraestrutura; a segunda, que faltam projetos de infraestrutura para alocar capital.

Sobre a primeira: apesar da nossa histórica baixa poupança, temos conseguido atrair um volume significativo de investimento estrangeiro direto nos últimos anos, figurando entre os principais receptores do mundo. Além disso, a possível entrada do Brasil na OCDE transformaria a oferta de capital em algo virtualmente infinito, pelo acesso a trilhões de dólares, hoje, restritos a países membro da organização.

Testemos, então, a segunda. Atrair investimentos não é tarefa trivial: requer segurança jurídica e boas perspectivas de longo prazo. Felizmente, o Brasil possui um histórico positivo em parcerias com o setor privado, por meio de concessões públicas. Não à toa, os projetos oferecidos têm resultado em leilões bastante competitivos. O gargalo, hoje, parece ser muito mais a velocidade com que o governo brasileiro oferece novos projetos do que, efetivamente, a capacidade do mercado em absorvê-los.

êxito servem para fortalecer nossa força de vontade, nossa confiança e nossa capacidade de reverter os contratempos futuros. Sendo assim, sempre que se deparar com problemas, em vez de ver os pontos negativos, saiba que eles farão você ser melhor do que é hoje.

“Mar calmo nunca fez bom marinheiro”. A famosa frase retrata exatamente o que pode ser observado, cada vez mais, no ambiente corporativo. Nos tempos atuais, independentemente do nível hierárquico, isso se traduz no profissional que tem de estar apto a desenvolver diferentes tarefas, mesmo que algumas delas não digam respeito à sua área específica de atuação. É o que chamamos de pessoas polivalentes ou multifuncionais.

Vale lembrar que somado a esse perfil, as constantes crises em nosso País têm feito com que as empresas reduzam suas estruturas, atuando com menos pessoas e em busca de mais resultados. Nesse cenário, além das pessoas polivalentes, elas têm procurado por profissionais mais sêniores e talentosos. Importante ressaltar que somos movidos por desafios constantes e pela novidade. E é tão bom quando temos “brilho nos olhos”; não é verdade? Se o nosso trabalho não oferece essas emoções que nos fazem sentirmos vivos, o desinteresse começa a surgir. Nesse momento, as empresas tendem a perder seus talentos para os concorrentes. Por isso, trabalhar com pessoas que nos desafiam é um dos principais ingredientes para nos tornarmos profissionais diferenciados e não acomodados.

Evidentemente, não apenas a empresa e as lideranças precisam gerar desafios constantes. O colaborador também deve criar seus caminhos, uma vez que ter protagonismo é essencial para quem busca conquistar o êxito na carreira. Aqueles que preferem ficar na “zona de conforto” usualmente não vão atrás de seus sonhos. Seguem a mesma rotina e deixam a vida passar, sem “correr atrás” do que realmente querem. Sabe aquela pessoa que está há anos insatisfeita no mesmo emprego? Ela é um exemplo clássico do que estamos falando. E o pior nisso tudo é que, muitas vezes, só reclama e nada faz para mudar a situação.

Chegamos aqui ao princípio da impenetrabilidade: “dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo”. Por que isso é importante? Porque frequentemente volta a discussão que, para aumentar a taxa de investimento no Brasil, é preciso injetar mais recursos públicos. Quem defende essa tese entende como verdadeira a primeira hipótese, e não a segunda.

Em 1996 o investimento público representava 3,7% do PIB, enquanto a formação bruta de capital fixo (FBCF) -- que, além de infraestrutura, compreende outros investimentos, como máquinas e equipamentos -- era de 18,6%. Com o programa de privatizações e concessões que se deu nos anos seguintes, foi possível reduzir a participação pública sem comprometer a FBCF (2,8% contra 18,4%, em 2001).

Em 2004, então, iniciou-se um novo ciclo, que começou, respectivamente, com 2,6% e 17,3%, e terminou em 2010 com 4,7% e 20,5%. Observa-se que enquanto os investimentos públicos avançaram 81% no período, a FBCF aumentou apenas 19%: o capital privado foi expulso, e o princípio da impenetrabilidade se comprovou.

Esses patamares se mantiveram na casa dos 4% e 20% até 2014, quando a crise decorrente do desajuste

fiscal levou à derrubada dos investimentos públicos para 1,9% em 2017, enquanto a FBCF atingia 14,6%.

Com a mais recente volta de um robusto programa de desestatização, desinvestimentos e concessões, foi possível, em 2021, observar que mesmo o investimento público tendo ficado em apenas 2,1% do PIB, a FBCF atingia 19,2%. No terceiro trimestre de 2022 esse número já alcançava 19,6% - uma recuperação surpreendente.

Assim, a injeção de capital público em setores atraentes ao privado não parece ser a melhor solução para aumentar a taxa de investimentos, e sim a oferta de mais projetos. Se o aumento do gasto, por qualquer razão, for realmente desejado, mesmo à revelia dos efeitos colaterais decorrentes de um maior déficit fiscal, parece ser mais adequado direcioná-lo a segmentos onde a atuação do setor privado costuma ser limitada, como a necessária revitalização da infraestrutura dos nossos centros urbanos. Com isso, cria-se um “novo espaço”, em vez de disputar um já ocupado.

Pragmatismo: dois corpos não devem -- e nem precisam -- ocupar o mesmo espaço. Ganha o Brasil, que ainda tem muito o que construir.

**Sócio-líder de infraestrutura e mercados regulados da EY*



SANEAMENTO

Copasa busca universalizar serviços em Minas

Estatual anunciou plano de investimentos de R\$ 9,523 bilhões nos próximos cinco anos para ampliar o atendimento

LEONARDO LEÃO

A universalização dos serviços é considerada um dos grandes desafios para a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) nos próximos anos. A estatal lançou recentemente um plano de investimentos da ordem de R\$ 9,523 bilhões entre 2023 e 2027, que será destinado, principalmente, ao atendimento do Novo Marco do Saneamento.

O presidente da Copasa, Guilherme Augusto Duarte de Faria, destacou que a companhia já vem, principalmente nos últimos três

“Isso decorre de obrigações contratuais que nós temos com os municípios, dentro dos contratos de concessão, e também do Novo Marco do Saneamento”

anos, se esforçando para realizar ampliações em sua capacidade de investimentos visando levar a universalização do saneamento e abastecimento para todos os municípios atendidos pela Copasa e Copanor. “Isso decorre de obrigações contratuais que nós temos com os municípios, dentro dos contratos de concessão, e também do Novo Marco do Saneamento que impõe à Copasa a universalização do saneamento até o ano de 2033”, explica Faria.

Além disso, o presidente da estatal afirmou que, segundo estimativas, esses valores podem estar abaixo do necessário para a promoção dessa universalização. “Muito em virtude disso, nós entendemos e percebemos que a companhia, no âmbito privado, teria uma capacidade operacional

plena de cumprir com as obrigações do novo marco, o que não nos impede de envidar esforços, e é o que estamos fazendo, para o cumprimento dessas metas da melhor forma possível”, disse.

Dificuldade operacional - Quanto aos desafios para tirar o projeto do papel, Duarte de Faria destaca a dificuldade operacional da companhia estatal de realizar investimentos. Ele lembra que a previsão de investimentos, para até o final deste ano, é de, aproximadamente, R\$ 1,2 bilhão, e que no ano passado foi de pouco menos de um bilhão de reais; o que aponta para um crescimento significativo, se comparado a anos anteriores, quando os investimentos giravam em torno de R\$ 500 milhões por ano. “Há um desafio muito decorrente das regras e legislações a que a empresa estatal está submetida; é um desafio colocar os investimentos em prática”, afirma Duarte de Faria.

O presidente da companhia reforça que, do ponto de vista financeiro, não há problemas para a realização de investimentos, afinal, “a Copasa tem uma saúde financeira adequada e possui uma capacidade de se endividar de forma bem tranquila para a realização de investimentos”. As limitações são, sobretudo, de caráter operacional na aplicação desses investimentos.

Na visão do gestor, para conseguir superar esses desafios, a companhia deve modernizar a sua forma de realizar investimentos. “Nesse sentido, o que nós propomos para o ano que vem e para os demais anos, para que a gente possa executar esse plano ambicioso que nós colocamos ao Conselho de Administração e foi



GUILHERME DARDANHAN / ALMG

Faria aponta que universalização é um desafio para a estatal

aprovado é de fato colocar em prática um regulamento de licitações que nós acabamos de atualizar”, explica o presidente.

Duarte de Faria ainda cita alguns projetos que podem se beneficiar com estes investimentos previstos pela Copasa, as obras de melhoria do sistema de esgotamento sanitário em cidades da região metropolitana de Belo Horizonte, como São Joaquim de Bicas, Sarzedo, Juatuba; no município de Divinópolis; finalização de obras em Ubá e em Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata mineira; além de obras de ampliação do sistema de abastecimento de água em São João Nepomuceno e Timóteo, dentre outras obras que têm como objetivo levar água de qualidade, esgotamento sanitário, tratamento e coleta de esgoto para os consumidores.

Plano - O Conselho de Administração da Copasa aprovou, no dia 15 de dezembro, o Programa de Investimentos Plurianual, no valor de R\$ 9,523 bilhões. Esse investimento será aplicado durante os próximos cinco anos. O montante poderá beneficiar inúmeros projetos pelo Estado, mas terá como seu principal desafio, a dificuldade operacional da própria companhia para a realização de investimentos.

A previsão é de que estes investimentos cresçam de forma progressiva, começando com um montante de R\$ 1,757 bilhão em 2023 até alcançar o valor de R\$ 2,010 bilhões investidos no ano de 2027. Esses recursos serão destinados a duas finalidades: R\$ 8,13 bilhões irão para investimentos em água, esgoto e desenvolvimento empresarial, e R\$ 1,4 bilhão em capitalizações.

Concessões devem gerar R\$ 72 bilhões em aportes

São Paulo - Concessões na área de saneamento realizadas desde 2020 devem garantir investimentos de R\$ 72 bilhões nos próximos anos, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, valor ainda aquém das necessidades para universalização do fornecimento de água e esgoto tratado no Brasil.

Há oito grandes projetos que somam R\$ 52,2 bilhões em investimentos. A maior parte desse valor (64%) se refere às concessões da Cedae, antiga estatal do Rio de Janeiro, em 2021. As outras grandes licitações que saíram do papel estão concentradas em cinco estados (Mato Grosso do Sul, Alagoas, Amapá, Ceará e Espírito Santo). Apenas uma delas foi realizada em 2022.

Há ainda R\$ 15,5 bilhões de investimentos em dez projetos em fase de estudo. A maioria, sem data para ir a leilão.

Das licitações já realizadas, R\$ 30,2 bilhões serão gastos no período do próximo mandato presidencial (2023-2026).

De acordo com a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), os investimentos públicos e privados em saneamento básico somaram 0,20% do PIB, ou R\$ 17,1 bilhões, em 2021. O valor representa menos da metade da necessidade anual, calculada em 0,45% do PIB, ou R\$ 39,1 bilhões, pela entidade.

O Plano Nacional de Saneamento Básico, elaborado em 2013, tem entre suas metas a universalização dos serviços de água e saneamento básico no Brasil em 20 anos.

Um estudo da consul-

toria KPMG e da Abcon/Sindcom, entidade que reúne as concessionárias privadas de água e esgoto, apontou uma necessidade de investimentos anuais de R\$ 39 bilhões a partir de 2018 para universalizar o saneamento no Brasil.

Os resultados dos últimos anos, no entanto, ficaram abaixo desse patamar (um terço do projetado). Em 2022, o valor foi atualizado para mais de R\$ 70 bilhões por ano.

“Os investimentos em sistemas de abastecimentos de água são de R\$ 164 bilhões, e em sistemas de esgotamento sanitário superam os R\$ 436 bilhões, revelando a demanda expressiva e urgente do setor por mais investimento para que a universalização seja alcançada dentro do prazo previsto em lei”, diz o estudo

As três maiores estatais de saneamento - Sabesp (SP), Copasa (MG) e Sanepar (PR) - divulgaram planos de investimentos para os próximos cinco anos que somam R\$ 46,2 bilhões.

Segundo a Abdib, a defasagem de investimentos em infraestrutura atualmente é mais visível em dois setores, transportes e logística e saneamento básico, nos quais ainda será necessária participação relevante do investimento público nos próximos anos.

A instituição destaca as modernizações importantes que foram realizadas na regulação do setor. “A aprovação do Novo Marco do Saneamento trouxe expectativas positivas em relação à melhoria nos níveis de atendimento de água tratada e esgoto.” (Eduardo Cuculo/Folhapress)

Cidades do Vale do Jequitinhonha buscam solução conjunta

THYAGO HENRIQUE

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) publicou na edição de ontem do Diário Oficial da União (DOU), a portaria que estabelece a criação do primeiro bloco de municípios para a prestação regionalizada de serviços de saneamento do Brasil. A medida pretende contribuir para a universalização do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário até 2033, meta estabelecida pelo Novo Marco Legal do Saneamento.

O Bloco de Referência do Vale do Jequitinhonha será composto por 96 municípios e poderá beneficiar cerca de 1,4 milhão de pessoas. Conforme informações do governo de Minas Gerais, a cobertura atual de abastecimento de água na região é de 65,4% e a de esgoto é de 48,58% - números inferiores à média nacional.

A iniciativa também vai contribuir para diminuir o déficit de cobertura de saneamento básico do Estado.

Segundo estudo realizado pela Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon), cerca de 5,5 milhões de mineiros não são atendidos pela coleta e tratamento de esgoto (quase 30% da população). Outros 3,6 milhões não possuem acesso à água de qualidade.

O projeto-piloto de estudo de modelagem será desenvolvido em duas etapas que terão, ao todo, aportes de R\$ 25 milhões. Na primeira fase, a de estruturação, serão realizadas análises de viabilidade técnica, jurídica e econômico-financeira, além de um levantamento dos aspectos ambientais e sociais necessários à construção e consolidação das ações. Já na segunda, de implementação, serão feitas sondagem de mercado, road shows, consultas e audiências públicas, elaboração dos documentos de licitação, apoio ao processo licitatório e assinatura do contrato de concessão.

De acordo com a portaria, o Bloco deverá promover a

articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante.

Também será responsável por aprovar, fiscalizar e avaliar a execução do Plano Regional de Saneamento Básico, incluindo os objetivos, as metas e as prioridades de interesse regional, nas áreas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgotos sanitários. Além disso, terá de aprovar e encaminhar, em tempo útil, propostas regionais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, como sugestões ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado e de cada um dos municípios.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvol-



DIVULGAÇÃO / COPASA

Bloco de municípios para a prestação regionalizada de serviços de saneamento é inédito no Brasil

vimento Sustentável (Semad), por meio da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento (Suges), foi responsável pela elaboração dos estudos técnicos utilizados para a criação das Unidades Regionais de Saneamento Básico do Estado. Entre elas, a Unidade Regional de Água e Esgoto (Urae-19), na qual serão realizados os estudos de

viabilidade técnica, econômica e ambiental para estruturação da prestação dos serviços de saneamento básico no Vale do Jequitinhonha.

A ação contou com o apoio da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG) e do Banco de Desenvolvimento de Minas

Gerais (BDMG).

Em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), se encontra o Projeto de Lei 2884/21, que propõe as unidades regionais de saneamento no estado de Minas Gerais, sendo 22 Unidades Regionais de Água e Esgoto e 34 Unidades Regionais de Resíduos Sólidos Urbanos.

> I N V E S T I M E N T O
> E M P R E G O S
> O P O R T U N I D A D E S



MINAS ESTÁ ENTRANDO NOS TRILHOS

» E VAI AVANÇAR AINDA MAIS.

O GOVERNO EFICIENTE JÁ ESTÁ FAZENDO UMA MINAS DIFERENTE. E OS RESULTADOS APARECEM:

- » A maior atração de **investimentos** da história de Minas.
- » Mais de **R\$271 bilhões** em investimentos.
- » **626 mil** empregos gerados.
- » Cursos técnicos gratuitos para **115 mil** jovens.



AINDA TEM MUITA COISA PRA FAZER, MAS MINAS
ESTÁ, CADA VEZ MAIS, PRONTA PARA AVANÇAR.



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Edição impressa produzida pelo Jornal
DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais
contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
<https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal>
Acesse também através do QR CODE ao lado.



COMBUSTÍVEIS

Donos de postos de MG aprovam mudanças no ICMS

Confaz estabeleceu alíquota única para diesel, bio e GLP

THYAGO HENRIQUE

O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de Minas Gerais (Minaspetro) vê com bons olhos a mudança na regra do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo (GLP). O convênio assinado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) estabelece uma alíquota única para esses combustíveis em todo o território nacional. Atualmente, cada unidade federativa dispõe de uma alíquota sobre os produtos.

A medida fixa a cobrança para o diesel e biodiesel em R\$ 0,9456 por litro e para o GLP, mais conhecido como gás de cozinha, em R\$ 1,2571 por quilograma. A gasolina ficou de fora da determinação. A norma deve entrar em vigor no dia 1º de abril do ano que vem. Até lá, a cobrança segue de acordo com cada estado.

A iniciativa faz parte de um acordo fechado entre estados, Distrito Federal e União, homologado na semana passada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A ideia é colocar fim no impasse acerca do tributo.

Em junho deste ano, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou uma lei federal que estabelecia um teto na alíquota de ICMS. O objetivo era segurar a alta nos preços dos combustíveis. No entanto, houve um desagrado por parte dos governadores, que sofreram

com perdas de arrecadação.

Por meio de nota, o Minaspetro afirma que “é uma alteração saudável ao mercado varejista, que dá previsibilidade ao setor e acaba com a guerra fiscal nas cidades de fronteira com outros estados”.

Segundo a entidade, “a expectativa dos empresários é que a alíquota do ICMS do diesel permaneça em 15% até o final de abril”.

Quanto à gasolina, o Mi-

Já Sindigás, que é sindicato nacional, demonstra preocupação com consequente aumento do gás de cozinha em alguns estados após a alteração da alíquota

naspetro diz que se reuniu, na última semana, com representantes da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG). Durante a reunião, os técnicos do órgão evidenciaram suas previsões sobre como será o ICMS da gasolina para o próximo exercício. “O sindicato espera que o Confaz estabeleça uma solução que, assim como a do diesel, elimine a guerra fiscal fronteiriça e dê mais previsibilidade e segurança jurídica ao mercado de combustíveis”, salienta.

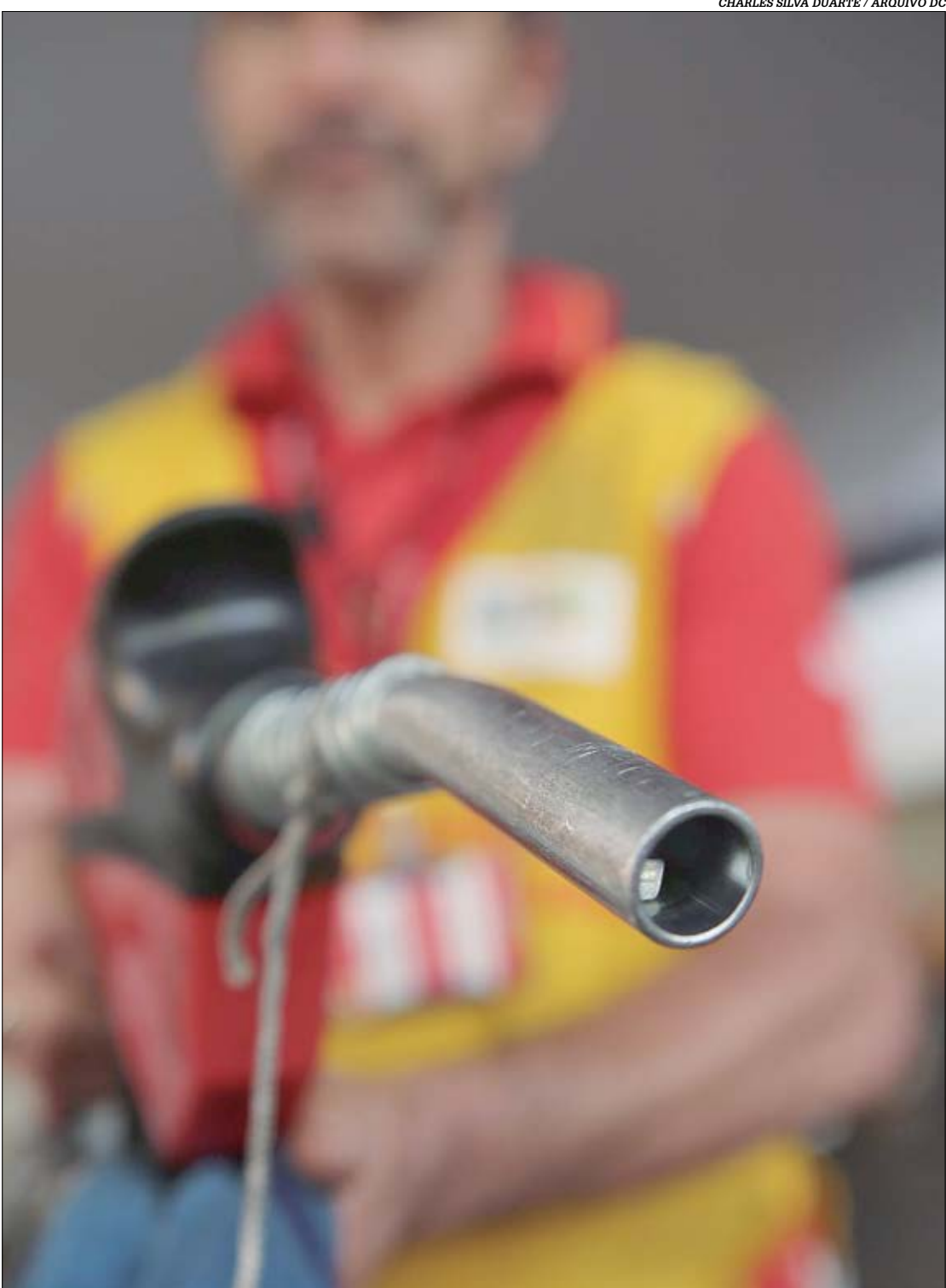
Conforme a assessoria da SEF, o caso referente à mudança proposta na regra do ICMS dos itens segue em

análise pela equipe técnica da Secretaria.

Gás de cozinha - O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás) emitiu uma nota em que demonstra preocupação com o consequente aumento do gás de cozinha após a alteração da alíquota do ICMS para o produto. Segundo o sindicato, um cálculo preliminar indica que, em alguns estados, o botijão terá aumento superior a R\$ 7,50 por unidade.

“O Sindigás considera o caminho em busca da simplificação tributária e a adoção das alíquotas monofásicas e *ad rem* como muito positivo, mas chama nossa atenção que as entidades federativas, para um produto com a essencialidade do GLP, tenham adotado um valor de R\$ 1,2571 por kg, o que corresponde a R\$ 16,34 por botijão de 13 kg, quando, somente para citar exemplos, hoje, no Rio de Janeiro e em São Paulo, os valores são de R\$ 8,83 e R\$ 10,56, respectivamente”, afirma.

Ainda de acordo com o Sindigás, a medida tem potencial de aumentar a arrecadação de ICMS somente sobre o GLP em mais de 39%. A entidade estima que a receita dos estados salte de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 9 bilhões. “Esperamos, sinceramente, que exista ainda espaço para que os estados, mesmo mantendo a monofasia e a cobrança dos impostos sobre o GLP em valores *ad rem*, revejam este aumento descabido”, ressalta.



CHARLES SILVA DUARTE / ARQUIVO DC

Norma deve entrar em vigor em 1º de abril do próximo ano; gasolina ficou de fora do acordo

Importadores de etanol vão emitir CBios

São Paulo - A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou ontem que autorizou importadores de etanol de milho dos Estados Unidos a iniciarem processo para emitir créditos de descarbonização (CBios).

A ANP disse que, com o informe técnico sobre o tema, basta que os importadores se submetam ao processo de certificação da produção/importação eficiente de biocombustíveis. Uma vez aprovado, o im-

portador poderá emitir os CBios quando importar e comercializar os biocombustíveis certificados.

Os CBios, que até então eram emitidos apenas por produtores nacionais de biocombustíveis como etanol e biodiesel, são comprados por distribuidoras, sob certas regras.

O informe técnico detalha procedimentos e dá orientações às firmas inspetoras e importadores de biocombustíveis sobre o processo de certificação de

importadores de biocombustíveis. “Tem todo um trâmite, avaliações, auditorias, é um processo lento, mas um pontapé inicial para que os importadores possam fazer jus aos CBios”, disse o presidente da Associação Nacional dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo.

Agora, importadores de biocombustíveis também poderão ter ganho extra com a emissão de CBios como acontece com produtores. (Reuters)

FGV IBRE

Índice de Confiança do Consumidor sobe depois de dois meses de queda

Rio de Janeiro - O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu 2,7 pontos, chegando a 88 pontos em dezembro. O aumento ocorre depois de dois meses de queda e contribuiu para zerar as perdas acumuladas nos últimos dois anos. Os dados foram divulgados ontem (26) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Segundo a coordenadora das Sondagens da instituição, Viviane Seda Bittencourt, a recuperação foi puxada pela melhora da perspectiva das famílias de baixa renda: “A melhora da confiança reflete um aumento do otimismo em relação aos próximos meses, principalmente das famílias de menor poder aquisitivo, que vêm se mantendo mais endividadas e sofrendo mais com os efeitos da inflação e taxa de juros elevada”.

Por outro lado, ela aponta que há piora na expectativa sobre o mercado de trabalho. “As avaliações sobre o momento ainda se mantêm estáveis, mas com piora na

percepção sobre o mercado de trabalho, o que gera cautela na intenção de compras no curto prazo. O ano fecha com um saldo positivo e zera as perdas acumulada nos últimos dois anos, mas é necessário um grande caminho para que a confiança volte a superar o nível neutro estimulando o consumo.”

Em médias móveis trimestrais, a confiança do consumidor sofreu queda de 0,3 ponto, para 87,3 pontos, após registrar alta nos últimos cinco meses.

Componentes - Entre os componentes do ICC, em dezembro o Índice de Situação Atual (ISA) ficou estável, com variação de 0,1 ponto, para 70,9 pontos, e o Índice de Expectativas (IE) subiu 4,3 pontos, para 100,3 pontos, o melhor resultado desde dezembro de 2019.

Na composição do ISA, piorou a satisfação das famílias sobre a situação econômica, enquanto as avaliações sobre as finanças pessoais no momento melhoraram. (ABR)

27ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte-MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira, MM. Juiz de Direito da 27ª. Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL nº 51808/2022-6.13.0024, requerido pelo Autor ACTON AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA., CNPJ 07.433.647/0001-56 contra LUIZA ALVES GUEDES, CPF 667.323.017-72. Em síntese o autor diz que o prestador de serviços da Autora, BRUNO SIQUEIRA DA SILVA, conduzindo o veículo Hyundai HB20 -Placa OWI-0295 -cor cinza, depropriedade de Autora, ao transitar pela Rua Christóvão Molinari, na altura do número 74 -Juiz de Fora/MG, sofreu colisão lateral, causada pela parte Ré, que dirigindo sem a devida prudência seu veículo VW/Novo Fox, placa KXW-8706, saiu da garagem, sem olhar para a via de rolamento e sem dar a devida preferência ao veículo que já transitava pela mesma. Que após o ocorrido, a parte Ré disse ao prestador de serviços da parte Autora que este “não precisava se preocupar” pois reconhecia sua responsabilidade pelo sinistro, e arcaria com todas as despesas necessárias para a reparação dos danos causados com sua conduta imprudente. Que houve a lavratura do Boletim de Ocorrência relatando os fatos. Que a parte Ré requereu ao prestador de serviços da Autora que, após realizados os reparos dos danos causados no veículo, entrasse em contato com ela para ajustarem como seria o reembolso dos gastos. Que a Autora promoveu o reparo do veículo após orçar em três oficinas especializadas e optou por realizar o reparo na oficina FULSA SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME, cujo valor final foi de R\$2.368,58 (dois mil trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Que a autora manteve contato telefônico com a Ré para mantê-la informada sobre os fatos e reatuar as tratativas para reembolso, contudo, após alguns dias, a parte Ré simplesmente não mais atendeu as ligações da parte Autora, o que inviabilizou o ressarcimento voluntário dos danos. Assim, tem o presente edital a finalidade de citar a Ré LUIZA ALVES GUEDES CPF 667.323.017-72 que encontra-se em local incerto e não sabido, para todos os termos e atos da presente ação e, querendo, apresentar suas contestações no prazo de 15 (quinze) dias. Adverte-se outrossim que, caso não seja a ação contestada no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pelo Autor em sua petição inicial. Adverte-se de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para constar, expediu-se o presente edital que deverá ser publicado por 3 (três) vezes no espaço de 15 (quinze) dias as três publicações, uma vez Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local, e que, será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 06 de dezembro de 2021. O Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira, MM. Juiz de Direito. Luciano Fábio Marques de Brito, Escrivão Judicial.

GERDAU AÇOMINAS S.A.
CNPJ/ME nº 17.227.422/0001-05 - NIRE 31300036677
Companhia Fechada

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Convocamos os Senhores Acionistas da GERDAU AÇOMINAS S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia Geral”), no dia 03 de janeiro de 2023, às 11h00min, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* (“Plataforma Digital”), nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 (“IN 81”), a fim de deliberarem sobre a destituição de membro da Diretoria da **Participação** **Plataforma Digital**: Para participarem virtualmente da Assembleia Geral, por meio da Plataforma Digital, os acionistas devem, no caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar à Companhia, para o endereço eletrônico inform@gerdau.com, até às 11h00min do dia 01 de janeiro de 2023, a solicitação de participação na Assembleia Geral. A solicitação de participação deverá vir acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, do seu representante legal ou procurador constituído, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos, conforme o caso, além de indicar o telefone de contato e e-mail do participante da Assembleia Geral para o qual a Companhia deverá enviar o link de acesso à Plataforma Digital, acompanhada da seguinte documentação: (i) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária acrescida de: (ii) se pessoa física, cópia de documento de identificação com foto e número do CPF; (iii) se pessoa jurídica, cópia de documento de identificação com foto e número do CPF do representante legal ou procurador que participará da Assembleia Geral, cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado, registrado no órgão competente, e ata de eleição do representante legal que participará da Assembleia Geral, registrada no órgão competente, ou do representante legal que assinou a procuração, se for o caso. Em caso de fundo de investimento, cópia do regulamento, cópia da ata de eleição do administrador que participará da Assembleia Geral, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso; e (iv) se acionista representado por procurador, cópia do documento de identificação com foto e número do CPF do procurador que se fará presente na Assembleia Geral e cópia da procuração emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da Assembleia Geral. O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou, ainda, instituição financeira. A Companhia não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notariização, legalização/apostilamento, tradução juramentada e registro no Registro de Títulos e Documentos no Brasil daqueles documentos provenientes do exterior e que estejam em língua inglesa ou espanhola (para as demais línguas a tradução juramentada constituirá sendo exigida). Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital ao endereço de e-mail indicado no referido pedido feito pelos acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. O participante se compromete a utilizar as instruções a serem enviadas pela Companhia (i) única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia Geral; (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o link ou qualquer documento, acionista ou não, sendo o mesmo intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia Geral. Aqueles que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para participação virtual até às 11h00min do dia 01 de janeiro de 2023 não poderão participar da Assembleia Geral. A Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital. Eventuais dúvidas ou esclarecimentos sobre as questões acima poderão ser enviados para a Companhia por e-mail, por meio do endereço eletrônico inform@gerdau.com.

Ouro Branco, MG, 24 de dezembro de 2022.
Gustavo Werneck da Cunha - Diretor Presidente.

COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA - COSSISA
CNPJ nº 16.942.195/0001-29 - NIRE nº 3130003385-6
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Fica retificado o edital de convocação publicado em 20, 21 e 22/12/2022 no Jornal Diário do Comércio, convocando-se os acionistas da Companhia Setelagoana de Siderurgia - COSSISA, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24/01/2023, às 10 horas, em primeira convocação e, não havendo quórum, às 10:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, na sede social, na Rua Bernardo Paixão, 900, Bairro São João, Sete Lagoas, MG, para deliberarem sobre análise e aprovação das contas auditadas referentes aos exercícios de 2018, 2019 e 2020.
Sete Lagoas, MG, 23 de dezembro de 2022. Gustavo Correa Lima - Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA
CONCORRÊNCIA 009/2022
A Prefeitura de Itaúna torna público o processo licitatório nº 517/2022, na modalidade Concorrência nº 009/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e substituição de pares de braços para janelas a serem instalados na pele de vidro do Edifício do Centro Administrativo Municipal, localizado na Av. Boulevard, n.º 153, Bairro Boulevard Lago Sul, Itaúna/MG, conforme Termo de Referência e demais Anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital de Concorrência Pública nº 009/2022. Abertura no dia 27/01/2023 às 08h30. O edital na íntegra estará disponível no site www.itauna.mg.gov.br a partir de 27/12/2022. Itaúna, 22 de dezembro de 2022 – Dalton Leandro Nogueira – Secretário Municipal de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DO CONDOMÍNIO DOS ADQUIRENTES DO EDIFÍCIO VENEZIA
A Comissão de Representantes do Condomínio do Edifício Venezia, em construção na Rua Silvío Menicucci, n.º 376, bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, nos lotes 14, 15 e 16, todos da quadra 51 do Bairro Buritis (registrados sob as matrículas 106.312, 106.308 e 106.335 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis), vem, através do presente edital, convocar todos os adquirentes, condôminos e detentores de direito às unidades autônomas em construção a qualquer título, para comparecerem à Assembleia Geral a ser realizada na Avenida Raja Gabaglia, nº 2.000, no centro de convenções da Torre 01, bairro Estoril em Belo Horizonte – Minas Gerais, no dia 12 de janeiro de 2023, quinta-feira, às 18:30h (dezoito horas e trinta minutos) em primeira convocação, ou às 19:00h (dezenove horas) em segunda convocação, para deliberarem e votarem os seguintes assuntos constantes da pauta: 1 – Prestação de contas dos valores arrecadados pelo Condomínio/ SPE, valores em inadimplência, bem como deliberações correlatas. 2 – Apresentação do registro de incorporação do Edifício Venezia pela SPE, bem como das matrículas das unidades autônomas e deliberações sobre eventual transferência de propriedade com granta real e matérias correlatas. 3 – Informação sobre as (seis) unidades que não assinaram o novo contrato com o Condomínio e a SPE, as providências já tomadas e as consequências jurídicas relativas ao custeio de construção de tais unidades, bem como deliberação sobre medidas a serem tomadas. 4 – Apresentação das propostas e contratação de construtora para a retomada das obras do empreendimento. 5 – Deliberações sobre a retomada das obras, com a definição do plano de equalização, aportes financeiros (taxas condominiais) para seu custeio e matérias correlatas. Informa-se aos condôminos e adquirentes do empreendimento, a presente convocação é realizada nos termos do artigo 49 da Lei 4.591/1964, sendo as decisões tomadas pela maioria simples dos presentes válidas e obrigatórias para todos. Informa-se, ainda, que será admitida a representação por procuradores munidos de procuração específica, independentemente de reconhecimento de firma, respondendo o procurador civil e criminalmente, pela validade de seu mandato.
Belo Horizonte, 21 de Dezembro de 2022.
COMISSÃO DE REPRESENTANTES DO CONDOMÍNIO DOS ADQUIRENTES DO EDIFÍCIO VENEZIA

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 05/01/2023, às 10:30hs **2º Público Leilão: 06/01/2023, às 10:30hs**
FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Lote de terreno do loteamento Vila Castelo, no lugar denominado Fazenda Tapera, lote 31 da quadra 07, área do lote 1.217,08m². **AV. 16. Edificação de uma benfeitoria no imóvel, com área construída de 873,28m², situada na rua Granada, nº 386, bairro Vila Castelo em Nova Lima/MG, com destinação residencial unifamiliar. Imóvel objeto da Matrícula nº 7131 do Registro de Imóveis de Nova Lima/MG. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DOS VALORES: 1º Leilão: R\$ 10.855.439,30 (dez milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e centavos)** **2º Leilão: R\$ 7.529.649,91 (sete milhões, quinhentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais, noventa e um centavos)**. O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Ficam os Fiduciários: SERGIO DE SOUZA MONTEIRO, brasileiro, empresário, nascido dia 06/11/1969, CPF: 794.811.406-87, RG: M 3637412 SSP/MG e CRISTINA MARCIA DE SOUZA MONTEIRO, brasileira, empresária, nascida em 15/07/1967, CPF: 592.363.706-59, RG: MG 3999247 SSP/MG, casados entre si sob o regime comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados Rua Granada, nº 386, Casa, bairro Vila Castelo, Nova Lima/MG, CEP: 34007-086, intimando(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.**



ASSEMBLEIA

Parlamentares aprovam reajuste salarial

Vencimentos podem chegar a 75% do valor recebido pelos deputados federais, de acordo com a Constituição

O Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 4.115/22, de autoria da Mesa da Assembleia. Ele trata do subsídio dos deputados estaduais, conforme previsto no inciso XX do artigo 61 da Constituição do Estado.

A proposição fixa esse subsídio mensal no limite previsto na Constituição da República (§ 2º do arti-

fica-se, ainda que os gastos com pessoal encontram-se em nível inferior ao limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 1,9% da Receita Corrente Líquida (RCL). O índice apurado entre setembro de 2021 a agosto de 2022 é de 1,3579% da RCL.

Emenda – Também estava na pauta a votação da Proposta de Emenda à Cons-



Além do aumento salarial dos deputados, a votação de uma emenda estava prevista para ontem, mas a análise foi adiada

Conforme o Decreto Legislativo 172, de 2022, que reajustou os subsídios em nível federal, os percentuais previstos não alcançam 60% da inflação acumulada desde 2016.

go 27), ou seja, em 75% do estabelecido para os deputados federais. O reajuste é escalonado até 2025.

Conforme o Decreto Legislativo 172, de 2022, que reajustou os subsídios em nível federal, os percentuais previstos não alcançam 60% da inflação acumulada desde 2016, quando ocorreu a última revisão.

De acordo com a ALMG, no caso da Assembleia, veri-

tuição nº 6/2019. Porém, sem o *quorum* especial necessário, a análise da proposição não foi realizada.

Encabeçada pelo deputado Inácio Franco (PV) e com as assinaturas de mais um terço dos membros da Assembleia, a proposta, originalmente, dá nova redação ao *caput* do artigo 13º da Constituição do Estado para inserir mais um princípio para a administração pú-

blica, o da sustentabilidade. O artigo alterado determina os princípios que devem nortear a administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.

Em comissão, a proposta foi aprovada na forma do Substitutivo nº 1. O texto foi apresentado pelo presidente e relator da comissão especial que analisou a emenda, deputado Sávio Souza Cruz (MDB).

O novo texto apresentado em segundo turno propõe, ainda, alterações nos dis-

positivos que cuidam dos percentuais de aprovação e execução das emendas individuais apresentadas ao orçamento. De acordo com o relator, essas alterações tm o objetivo de “manter o paralelismo com as recentes alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022, no âmbito da União”.

Outra alteração proposta no novo texto é a inclusão do parágrafo 8º no artigo 53 determinando que o recesso corresponde ao período de férias dos deputados. **(Com informações da ALMG)**

CONGRESSO

Pacheco condena tentativa de atentado em Brasília e restringe acesso ao Senado

Brasília - O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ontem que não há espaço no Brasil para atos análogos a terrorismo e condenou a tentativa de explosão de um caminhão de combustível próximo ao aeroporto de Brasília.

Pacheco afirmou que as eleições acabaram com a escolha do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tomará posse no próximo domingo, 1º de janeiro, e que o País quer paz para seguir adiante.

“Não há espaço no Brasil democrático para atos análogos ao terrorismo, como a tentativa de explosão de um caminhão de combustíveis, em Brasília, felizmente abortada pelas forças de segurança”, afirmou o presidente do Senado.

“As eleições se findaram com a escolha livre e consciente do presidente eleito que tomará posse no dia 1º de janeiro. O Brasil quer paz para seguir em frente e se tornar o país que todos nós desejamos!”

No sábado (24), a Polícia Civil do Distrito Federal frustrou a tentativa de explosão e prendeu George Washington de Oliveira Sousa, como antecipou a Folha de S.Paulo. No depoimento ao qual a reportagem teve acesso, George Washington disse ser bolsonarista e participar do acampamento no QG do Exército.

Segundo fontes da Polícia Militar do DF, o motorista do caminhão percebeu que uma caixa havia sido colocada no interior do veículo e decidiu acionar a polícia. No local, foi encontrada uma pequena dinamite com temporizador. O dispositivo foi desativado pelo esquadrão antibombas.

“Tinha um grande material explosivo em sua residência, o que mostra que ele tinha mais intenções”, afirmou o chefe da Polícia Civil do DF, Robson Cândido.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o Senado Federal decidiu restringir o acesso de visitantes às dependências da Casa até a posse presidencial. A medida foi comunicada nesta segunda pelo secretário de polícia do Senado, Alessandro Morales, e pela diretora-geral do Senado, Ilana Trombka. Apenas os 81 senadores,

servidores, estagiários e funcionários terceirizados com crachá de identificação poderão entrar no Senado. Com exceção dos parlamentares, todos deverão passar pelos portões de raio-X e detectores de metal - medida normalmente dispensada para aqueles que têm crachá.

Os gabinetes dos senadores, que podem autorizar a entrada de visitantes, não poderão fazer isso no período. Exceções deverão ser comunicadas com antecedência à segurança, que terá a prerrogativa de permitir ou não a entrada.

O comunicado afirma que o acesso foi restrito “diante dos últimos acontecimentos e da necessidade de reforço na segurança no perímetro da Praça dos Três Poderes”. Entregas e embarque de passageiros também deverão ocorrer na área externa do Senado.

“É obrigatório que todas as pessoas passem pelos portões de raio-X e detectores de metal para adentrar nas dependências do Senado Federal. A medida direcionada-se a servidores, funcionários terceirizados e prestadores de serviço. Durante esse período, não será permitida a entrada de visitantes”, diz o despacho.

A polícia legislativa decidiu, além disso, dobrar o efetivo que permanece na Casa, alterando as folgas dos policiais para que um maior número deles garanta a segurança dos prédios e de seus frequentadores.

Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) que pedem a intervenção das Forças Armadas contra o resultado das eleições estão acampados em frente ao quartel-general do Exército, em Brasília, desde a vitória de Lula.

Na semana retrasada, parte do grupo tentou invadir a sede da PF (Polícia Federal) e vandalizou a capital federal ateando fogo em ônibus e carros. A prisão do suspeito no final de semana aumentou o clima de tensão em torno da posse presidencial.

Petistas, aliados do futuro mandatário e autoridades temem novas tentativas de terrorismo e dizem que aumenta a pressão para a desmobilização do acampamento em frente ao QG do Exército, a poucos quilômetros da cerimônia de posse. **(Thaísa Oliveira/Folhapress)**

GOVERNO ELEITO

Lula mantém negociação com Simone Tebet

Brasília - A menos de uma semana da posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva tenta fechar seu ministério em mais uma reunião para acertar o futuro de Simone Tebet (MDB-MS), hoje a principal peça que falta ser encaixada no xadrez de aliados na composição do futuro governo.

No final de semana, Lula voltou a oferecer à senadora o Ministério do Planejamento mas, de acordo com fontes ouvidas pela Reuters, Simone Tebet não deve aceitar. Para fazê-lo, a senadora apresenta uma lista de exigências –entre elas, o controle dos bancos públicos, hoje com a Fazenda, e do programa de Parcerias em Investimentos (PPI), ligado à Casa Civil– que já sabe ser inaceitáveis para o PT.

Além da falta de interesse da própria senadora na pasta, também o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad –que é ouvido por Lula sobre essa decisão –preferia outro nome no Planejamento, já que terá que trabalhar de forma muito próxima ao ocupante do cargo.

Simone Tebet, que foi candidata à Presidência e se uniu a Lula no segundo turno, chegou a aceitar o convite para o Ministério do Meio Ambiente, condicionada à concordância de Marina Silva (Rede), e que a deputada eleita aceitasse a Autoridade Nacional do Clima (ANC), que deverá ser criada.

Marina, no entanto, desmontou o acordo ao não aceitar a ANC, que agora defende como um cargo técnico ligado ao MMA – diferente do que seria inicialmente. A própria deputada eleita deve ser a ministra da área.

O que se desenha no momento é uma composição que permitiria a Simone Tebet



Presidente eleito Lula teria oferecido o Ministério do Planejamento para a senadora do MDB

assumir o Ministério das Cidades. A pasta já está prometida ao MDB e deveria ficar com a bancada da Câmara, enquanto o Ministério dos Transportes ficaria com a bancada no Senado da sigla.

O desenho, que vem sendo trabalhado por Lula, colocaria Simone Tebet em Cidades, o que agradaria a senadora, mas ainda daria outras duas pastas ao MDB. O ex-governador Renan Filho, eleito parnas o Senado, ocuparia o Planejamento, abrindo espaço para a bancada da Câmara ficar com o Ministério dos Transportes.

De acordo com uma das fontes ouvidas pela Reuters, Haddad não teria problemas com Renan Filho no Planejamento.

A pasta, que perdeu alguns poderes com a criação do Ministério de Gestão, deve se concentrar apenas no planejamento futuro de governo e não tem muito apelo político, mas se mantém como parte da equipe econômica do governo.

Haddad queria ver no cargo o economista André Lara Resende, com quem tem bom relacionamento. No entanto, de acordo com uma fonte, Resende negou o convite e estaria fora dos planos do governo.

No momento, os nomes mais fortes são o de Renan Filho, nessa composição que resolveria o caso de Simone Tebet, ou do deputado petista Reginaldo Lopes (MG) –qualquer um dos dois agradaria Haddad.

Reginaldo também é cota-do para o Desenvolvimento Agrário, a depender do desenho do ministério que se formar ao se solucionar a situação de Simone Tebet. Outro nome que desponta para a pasta é de Edegar Pretto, deputado estadual do Rio Grande do Sul que foi candidato ao governo do estado.

Até o próximo domingo, quando toma posse, Lula ainda tem 16 ministérios para definir: Transportes,

Secretaria de Comunicação da Presidência, Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Cidades, Comunicações, Esportes, Gabinete de Segurança Institucional, Integração Nacional, Meio Ambiente, Minas e Energia, Pesca, Planejamento, Povos Indígenas, Previdência e Turismo.

Nessa lista estão os acordos para contemplar não apenas o MDB, como o PSD e o União Brasil, que o presidente eleito quer ver compor sua base.

Na briga por espaço, o MDB quer duas pastas além de Tebet, que consideram como cota pessoal de Lula. No entanto, a possibilidade de o partido ter mais de duas pastas abre o apetite das demais siglas, a quem foi oferecido também dois ministérios para cada um.

Por enquanto, o PSD deve ficar com os ministérios de Minas e Energia e Agricultura, enquanto o União Brasil poderá ter Integração Nacional e outra Pasta a ser definida. **(Reuters)**



AGRONEGÓCIO

agronegocio@diariodocomercio.com.br

CACHAÇA MINEIRA

Volume embarcado cresce 86% em 2022

Dados foram divulgados pelo Ibrac

MICHELLE VALVERDE

A retomada das atividades econômicas e das festas após o período mais crítico da pandemia de Covid 19, aliada às ações desenvolvidas para a capacitação e promoção do setor, está contribuindo para alavancar as exportações de cachaça. Nos primeiros 11 meses do ano, somente em Minas Gerais, foi registrada alta de 135% em valor e de 86% no volume de cachaça embarcada. As expectativas

Em Minas Gerais, nos primeiros 11 meses foi registrada alta de 135% em valor da cachaça exportada para vários países; para 2023, expectativas são bastante positivas

para o próximo ano são positivas e as vendas da bebida típica e exclusiva do Brasil devem se manter aquecidas.

De acordo com o Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac), Minas Gerais exportou, entre janeiro e novembro de 2022, cerca de 378 mil litros de cachaça - volume que supera em 86% o volume embarcado em igual intervalo de 2021.

De janeiro a novembro, a movimentação com as exportações de cachaça chegou a US\$ 2,069 milhões no Estado - alta de 135% frente aos primeiros 11 meses de 2021. O resultado fez com que Minas Gerais saísse da quinta posição para terceira, ficando atrás apenas de São Paulo e Pernambuco. O Estado respondeu por 11,2% do valor

do Brasil.

No mesmo período, o volume de cachaça mineira embarcada representou 4,4% do total exportado pelo Brasil e manteve o Estado em quinto lugar entre os maiores exportadores, atrás de São Paulo, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro.

No Brasil, mantendo-se a base comparativa com janeiro a novembro de 2021, os embarques da cachaça apresentaram crescimento de 54,74% em valor, que chegaram a US\$ 18,47 milhões. Ao todo, foram 8,6 milhões de litros, ou 30,38% a mais.

O diretor executivo do Ibrac, Carlos Lima, explica que houve uma retomada importante do mercado da cachaça em 2022. “Quando olhamos o contexto nacional, Minas Gerais foi um dos Estados que teve um crescimento expressivo tanto em termos de valor (135%) como de volume (mais de 86%). A alta dos embarques ocorreu por uma conjunção de fatores. Vivemos um momento muito positivo de retomada dos eventos presenciais no mundo todo, de retomada das nossas exportações e de investimentos das empresas na inserção e na promoção da cachaça no mercado internacional. O aumento também é resultado das ações do projeto setorial da promoção da cachaça no mercado internacional”.

O Ibrac, em conjunto com parceiros, vem desenvolvendo uma série de projetos que tem objetivo de organizar, capacitar e promover a cachaça no mercado internacional. Além do Projeto Setorial de Promoção às Exportações de Cachaça - Cachaça: Taste The



De janeiro a novembro deste ano, Minas Gerais exportou cerca de 378 mil litros de cachaça, que geraram cerca de US\$ 2,06 mi

New, Taste Brasil, também é desenvolvido o Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX).

Em Belo Horizonte, foi inaugurada neste ano a sede do núcleo de capacitação especializado em exportação de Cachaça da Região Sudeste do Brasil, o PEIEX Agro Cachaça da Região Sudeste. A iniciativa ajuda o empresário a se preparar para exportar o produto. A capacitação oferecida é bem abrangente e informa os padrões de cada mercado a ser atendido. As empresas participantes têm acesso a informações essenciais como padrão de vasilhame conforme mercado, rotulagens que precisam ser seguidas para os mercados trabalhados, a tributação das bebidas alcoólicas e da cachaça nos mercados de destino.

Governo mineiro - Os produtores de cachaça de Minas Gerais também têm recebido estímulo do governo do Estado. No início de dezembro, durante o IV Seminário Mineiro da Cachaça - Políticas Públicas de Promoção da Cachaça Mineira no Mercado Internacional, na Capital, produtores, técnicos e instituições representativas do setor discutiram a inserção da cachaça no mercado externo, além de debaterem a valorização da produção mineira.

“A gente tem o foco de promover a inserção de novas empresas no mercado internacional. Então, estamos capacitando micro e pequenas para que elas possam atuar. Já temos o resultado de empresas que não exportavam e agora já negociam com o mercado externo. A gente conseguiu ter resultados positivos tanto no aumento das exportações das empresas apoiadas pelo projeto quanto no número de empresas apoiadas. Hoje, são 64 no País, sendo que destas, 47 são micro e pequenas empresas”, explicou Lima.

Segundo o subsecretário de Política e Economia Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), João Ricardo Albanez, o seminário da cachaça é importante para o setor e reuniu palestrantes de alto nível com a participação ativa dos produtores. “O seminário cumpriu o objetivo de preparar os produtores para atingir mercados diferenciados. Neste contexto, alguns países compradores já se destacam como Portugal, Itália, Paraguai e os Estados Unidos. Mas nós queremos ampliar, fazendo com que, a partir deste seminário, os produtores possam visualizar outros mercados e apresentar seus produtos”, relatou o subsecretário, em nota divulgada pela entidade.



Soja é uma das principais commodities exportadas

BRASIL

Exportações sobem neste ano com avanço do agronegócio

São Paulo - O Brasil teve recorde em 2022 na corrente de comércio, nome dado à soma das exportações e importações do país, conforme balanço divulgado pelo governo. De janeiro a novembro de 2022, a corrente de comércio brasileira chegou a US\$ 559,6 bilhões - alta de 22,4% em comparação com o mesmo período de 2021.

O crescimento é significativo mesmo na comparação com períodos pré-pandemia. Em 2019, a corrente de comércio brasileira ficou em US\$ 407 bilhões; em 2016 foi de US\$ 318 bilhões.

Se consideradas isoladamente, as exportações também cresceram. De janeiro a novembro de 2022, foram US\$ 308 bilhões em exportações. No ano completo de 2021, foram US\$ 280 bilhões. Em 2019, pré-pandemia, US\$ 221 bilhões.

Um dos principais motivos para esse crescimento é a alta nos preços das commodities no mercado internacional. O Brasil é um grande exportador de commodities como soja, café, carne bovina e minério de ferro.

Performance da indústria - Apesar da alta da corrente de comércio, a proporção da indústria de transformação nas exportações caiu. Representou 54% das exportações em 2022 (até novembro), era 57% em 2019, e 66% em 2016.

O tema foi alvo de críticas da equipe de transição do governo Lula. Em relatório, a equipe diz que houve um “desmonte da política nacional de exportações” que “impactou fortemente na redução da participação da indústria de transformação no total das exportações brasileiras”. Para melhorar isso, é necessário avançar nos acordos internacionais.

Em seu balanço sobre o tema, o governo destaca que o país avançou em negociações de acordos comerciais com a conclusão de acordos com Singapura, Uruguai, Colômbia e Argentina.

No entanto, o acordo Mercosul-União Europeia, que foi assinado em 2019, ainda não saiu do papel, em parte devido à desconfiança dos europeus com a política ambiental do governo Bolsonaro. **(Mariana Desidério/Folhapress)**

MAPA

Hambúrguer tem novo regulamento

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou, ontem, a Portaria nº 724, que aprova o novo Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do hambúrguer produzido em estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Federal (SIF).

O alimento é identificado como produto cárneo industrializado obtido da carne moída dos animais de açougue, adicionado ou não de tecido adiposo e ingredientes, moldado na forma de disco ou na forma oval, e submetido a processo tecnológico adequado.

Entre as novidades no novo regulamento, estão os seguintes itens: o hambúrguer poderá ser moldado em outros formatos mediante especificação no registro e na rotulagem do produto; o percentual máximo de gordura passa de 23% para 25%; e a embalagem poderá ter a especificação do corte



Alimento é identificado como produto cárneo e regulamento vale para estabelecimentos sob SIF

de carne, quando 100% da matéria-prima for proveniente do corte e, se utilizado mais de um corte cárneo na elaboração e queira indicá-los, deve constar no rótulo principal os percentuais de cada um.

“A publicação do regula-

mento busca atender às demandas atuais dos consumidores por entendimentos sobre tipos de produtos que estão comprando, garantir a segurança e inocuidade dos produtos, manter as características do produto, padronizar entendi-

mentos e atender às demandas do setor produtivo”, destaca a diretora do Departamento de Inspeção de Origem Animal, Ana Lúcia Viana.

A norma, segundo o Mapa, revoga o anexo IV da Instrução Normativa nº 20/2000. **(Mapa)**



NEGÓCIOS

gestaoenegocios@diariodocomercio.com.br

MANUTENÇÃO FERROVIÁRIA

Wabtec Corporation adquire Super Metal

Negócio acelera estratégia de expansão da empresa com sede em Contagem, na RMBH, para mercados internacionais

MARA BIANCHETTI

A Wabtec Corporation, fornecedora líder global de transporte ferroviário de carga e trânsito, com sede operacional em Contagem, na RMBH, adquiriu recentemente a Super Metal, empresa de soluções automatizadas de veículos e equipamentos para operações ferroviárias. A Super Metal é uma das principais companhias brasileiras no segmento de manutenção de vias do setor.

O negócio complementa a aquisição, pela Wabtec, da Nordco, em meados do ano passado, e acelera sua estratégia de expansão para mercados internacionais. A

Localizada em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, a Super Metal investiu mais de R\$ 10 mi em estrutura nos últimos anos

Nordco é uma fornecedora norte-americana de equipamentos novos, recondicionados e usados para a manutenção de ferrovias. A empresa, que agora pertence à Wabtec, também tem em seu portfólio outros produtos e serviços, como motores de vagões móveis e sistemas de detecção ultrassônica de falhas na ferrovia.

Já a Super Metal tem quase 30 anos de experiência no fornecimento de diversos veículos de manutenção e equipamentos automatizados. Isso inclui veículos para manutenção de trilhos e dormentes, bem como transportadores de vagões. A empresa também é especializada em usinagem, serviços, desenvolvimento e execução de projetos para

o dia a dia das ferrovias em todo o Brasil.

E, embora o valor na negociação não tenha sido revelado, por questões estratégicas, o CEO da Wabtec, Danilo Miyasato, detalhou as expectativas e potenciais da operação. Conforme ele, a aquisição significa um importante passo para a manutenção do crescimento da Wabtec na América do Sul.

“A Super Metal traz complementação ao nosso portfólio, inclusive com aumento da capacidade produtiva local. É uma empresa especializada em locomotivas, o que nos fortalece ainda mais. Tivemos a aquisição da Nordco, mas ancorando as operações americanas e o nosso objetivo inclui a expansão internacional. Para isso, começamos a estudar outros mercados e vimos o potencial. O conhecimento de engenharia, a complementação do portfólio e a capacidade produtiva local foram fundamentais para a concretização do negócio”, revela.

Localizada em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, a Super Metal investiu mais de R\$ 10 milhões em estrutura nos últimos anos. Conforme publicado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, galpão, maquinários, tecnologia, entre outras frentes foram contempladas.

A empresa é detentora de mais de 20 patentes. Entre as suas ações, está o aprimoramento e a ampliação da tecnologia de adaptação de veículos comuns e escavadeiras hidráulicas em veículos rodoferroviários. Além disso, conta com uma série de produtos considerados inovadores.

Para o presidente da Super Metal, Bernardo Zeferino, o negócio com a Wabtec “destaca uma vida inteira de trabalho de toda uma família



REPRODUÇÃO

A Wabtec é líder na indústria ferroviária e tem a visão de alcançar um sistema ferroviário de emissão zero nos EUA e no mundo

e aumenta a capacidade da Super Metal de entregar soluções inovadoras ao mercado”.

Wabtec - A Wabtec é líder global de equipamentos, locomotivas e sistemas ferroviários. Conforme o CEO, um quinto de toda carga transportada no mundo é feita

pela companhia. E todos os carros de passageiros também possuem alguma peça que passou pelo crivo da empresa.

“Estamos sediados nos Estados Unidos, mas presentes em 50 países, entre eles o Brasil. Cerca de 90% das operações da América Latina estão no País, onde

temos duas plantas. Em Contagem o carro-chefe é a produção de locomotivas, embora tenhamos outros negócios, como a fabricação de portas para veículos de passageiros, manutenção e reparo de sistema de freios de vagões, montagem de equipamentos do sistema de sinalização e a

manutenção pesada de locomotivas”, explicou Miyasato.

Já em Monte Alto (SP), o foco é no mercado de tecnologia de alumínio e sapatas de freios para locomotivas e vagões. Ao todo são 25 mil colaboradores. No Brasil são 1.200, dos quais 570 estão em Minas Gerais.



DIVULGAÇÃO

Exclusive Seguros traça planos arrojados para 2023

A maior corretora mineira e uma das maiores do Brasil, especializada em venda e gestão de planos de saúde e seguros corporativos, se estrutura fortemente para alcançar seus objetivos para 2023. Fundada há 27 anos, porém há 5 anos consecutivos a empresa, que tem propósitos muito bem definidos e uma cultura extremamente fortalecida, tem aumentado seu faturamento de maneira expressiva, como também três premiações simultâneas GPTW (melhores empresas para se trabalhar no Brasil). Nesse último ano, teve um crescimento de 42 % em relação ao ano anterior. Com operações praticamente em todo o Brasil e sediada em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre Recife e Carajás, a mesma abre no primeiro semestre de 2023 sua primeira operação na Florida, Estados Unidos. Segundo o CEO, Marco Paulo Mascarenhas, o potencial de crescimento da Exclusive tem como base a superação de expectativas do cliente e nosso time de inteligência está com uma vasta gama de inovações, que vão nos colocar em um patamar muito acima do mercado”, finaliza Mascarenhas.

BARES E RESTAURANTES

Copa e festas de fim de ano rendem fôlego ao setor

São Paulo - O ano de 2022 para bares, restaurantes e padarias refletiu todo o cenário instável vivido pelo Brasil em um ano de inflação alta, aumento dos juros, eleições e Copa do Mundo seguida de festas de final de ano. E por isso, depois de sofrer com a alta dos preços dos insumos, o setor vive uma forte recuperação no último trimestre.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, o maior movimento trazido pela Copa do Mundo, entre novembro e dezembro, e a retomada de festas e encontros de final de ano ajudaram a compensar a diminuição nas margens de lucro que os proprietários foram obrigados a fazer, especialmente no primeiro semestre, quando a inflação atingiu seu pico em 2022.

“Vamos fechar o ano com números excepcionais em termos de vendas, com bom faturamento. Mas a inflação chegou a acumular 12% em 12 meses, na metade do ano, e na

média, os bares e restaurantes conseguiram repassar menos de 7%”, conta Solmucci.

Décio Lemos, proprietário do Bar Balthazar, localizado em São Paulo, confirma o cenário geral contado pelo presidente da Abrasel. “Em alguns produtos, cortamos metade da margem. Quando a carne subiu muito, por exemplo, alguns pratos chegaram a dar prejuízo. Era uma época de retomada, após o período mais crítico da pandemia, e optei por essa estratégia para voltar a atrair clientes”.

Mas não foi só as margens que sofreram com a inflação alta em 2022. Uma pesquisa nacional realizada em setembro, feita pela Ticket com 1.200 estabelecimentos que vendem comida pronta, como restaurantes e padarias, revela que 64% tiveram queda no movimento por conta da inflação. Somente 12% dos entrevistados falaram em aumento da frequência, e 19% em estabilidade, enquanto 6% não souberam mensurar. Segundo a Ticket, o preço

médio da refeição em restaurantes teve um aumento de 48% entre 2013 e 2022, passando de R\$ 27,40 para R\$ 40,64.

Para o diretor-geral da Ticket, Felipe Gomes, os impactos da pandemia ainda não ficaram para trás no setor. “Não podemos ignorar os ajustes no atendimento que os estabelecimentos tiveram que fazer durante o período e que estão sendo revistos agora. Tudo isso acaba impactando o andamento do negócio”, explica.

Final de ano positivo - Mas o último trimestre de 2022, especialmente os dois últimos meses, tem representado um alívio para os proprietários, com aumento do movimento e a inflação mais estável, o que permite uma retomada gradual das margens de lucro.

No Bar Balthazar, Décio Lima conta que precisou contratar funcionários para acompanhar a alta do movimento. “Já estamos adaptando os preços, ao mesmo



LUCIANA MONTES

Depois de sofrer com a alta dos preços dos insumos, setor vive agora uma forte recuperação

tempo em que vamos buscar novas formas de buscar mais clientes. E vamos continuar nesse movimento, até porque acredito que o ano de 2023 vai começar muito bem”.

Solmucci, da Abrasel, ressalta que para o segmento como um todo, o ano de 2022 foi muito bom, principalmente com o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600, que ajudou muito os pequenos estabele-

cimentos. “Mas no segundo semestre, as condições gerais melhoraram muito. Queda da inflação, menor índice de home office, Copa do Mundo, festas corporativas. A recuperação se consolidou”.

Ele confirma ainda o cenário apontado por Lima, de geração de empregos. Segundo a Abrasel, cerca de 45% dos associados estão com vagas abertas.

“Fechamos 2021 e começamos 2022 em um cenário bastante negativo, e agora estamos terminando bem o ano. Acredito que isso vai resultar em um bom começo de 2023, até porque teremos a continuação e até ampliação de programas sociais, com aumento do poder de consumo da população”, projeta Solmucci. **(Renato Carvalho/Folhapress)**

DESENVOLVIMENTO

Economia criativa ganha amplitude em MG

Foram criados nos setores de turismo e cultura mais de 100 mil empregos em 2022, eleito o Ano da Mineiridade

Eleito o Ano da Mineiridade, 2022 representou para a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo uma afirmação do pertencimento à terra, o que instigou o olhar para Minas Gerais como um todo e para suas diferentes regiões. O esforço de desenvolver e descentralizar as políticas públicas voltadas aos setores contemplados pela pasta se manteve como prioridade a partir de três programas estruturantes: Reviva Turismo, Descentra Cultura e Secult no Município.

A partir desses eixos, buscou-se ampliar o acesso aos recursos e fomentar a economia da criatividade, por meio do estímulo à geração de mais emprego e renda, posicionando a cultura e o turismo como eixos fundamentais de desenvolvimento social e econômico. A perspectiva para 2023 é de continuidade dessas propostas, fortalecendo a integração com o interior ao garantir que os projetos e os recursos possam alcançar maior abrangência.

Uma das etapas importantes desse processo é o diálogo com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais no intuito de buscar a aprovação do Projeto de Lei Descentra Cultura. Este propõe uma revisão nos mecanismos de fomento, a fim de que os recursos possam efetivamente contemplar uma diversidade maior de expressões culturais além do contexto de Belo Horizonte e região metropolitana.

“Precisamos democratizar e modernizar os recursos, e o acesso a alguns deles depende da aprovação dessa lei. No interior do Estado, há uma predominância muitas vezes do comércio como atividade econômica, e a partir dessa lei, os comerciantes e grupos de empresas vão conseguir patrocinar a cultura”, afirma o secretário de Estado de Cultura e Turismo, Leônidas Oliveira.

Dentre as entregas planejadas para o próximo ano estão a reabertura da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, cujo prédio anexo estava em reforma desde 2019; a transferência da sede da Fundação Clóvis Salgado da avenida Afonso Pena para a Praça da Liberdade, na Casa Amarela, onde hoje funciona o Cefart Liberdade; e uma grande revitalização do Palácio das Artes.

No turismo, as ações deverão acompanhar o objetivo de atrair os públicos de três diferentes esferas: regional, nacional e internacional, tendo a campanha A Liberdade Mora em Minas como um dos principais instrumentos de promoção. Por meio da articulação com o Sebrae, a ideia é dar novos passos na estruturação do setor, concebendo projetos que valorizem aspectos específicos da cultura e da economia do estado, com roteiros específicos que abrangem a produção do café, da cachaça e do queijo, entre outros insumos locais.

A intenção também é seguir posicionando Minas Gerais como o principal destino turístico do País, a partir da divulgação do histórico e da vocação do Estado para a liberdade tanto na economia, na política, na cultura, quanto no comportamento. Isso estimula a prática do turismo seguro e criativo em razão da grande variedade de experiências calcadas na natureza ou na pró-

pria mineiridade refletida na hospitalidade, no patrimônio histórico, na cozinha mineira, na moda, na arquitetura e no design.

A ênfase na interiorização das políticas públicas, por meio de iniciativas que permitam interações em uma via de mão dupla, com projetos e ações da capital para o interior e vice-versa, seguirá em pauta. A intenção é consolidar o Descentra Cultura, fazendo com que os recursos possam estar disponíveis onde ainda não chegam, estimulando a produção e a criatividade das manifestações culturais tanto tradicionais quanto de vanguarda.

Dar continuidade às parcerias com os municípios, a partir das iniciativas coordenadas pela Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop), pela Fundação Clóvis Salgado (FCS), pela Empresa Mineira

Dentre as entregas planejadas para 2023 está a reabertura da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, cujo prédio anexo estava em reforma desde 2019

de Comunicação (EMC) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG), compõe essas metas.

Minas Gerais guarda mais de 60% do patrimônio histórico brasileiro. Então, torna-se fundamental que as ações de formação e restauração também sejam descentralizadas. Atualmente, apenas 18 cidades mineiras ainda não pontuam no ICMS - Patrimônio Cultural, que registrou o repasse recorde de R\$ 119 milhões aos municípios.

Em 2023, todas as cidades do Estado poderão estar aptas a receber esses recursos importantes para que as políticas de proteção e preservação dos bens materiais e imateriais sejam colocadas em prática.

Além disso, pretende-se nos próximos anos avançar nas etapas necessárias para o reconhecimento da cozinha mineira como patrimônio imaterial e na ampliação do mapeamento das comunidades tradicionais e seus terreiros, o que deverá ser coordenado pelo Iepha/MG. Também está prevista a finalização do Digitaliza Minas e do Digitaliza Brasil pela EMC.

Reviva Turismo - Planejada para o fim de 2022, a meta de criação de 100 mil empregos, proposta em 2021 dentro do Reviva Turismo, foi alcançada em tempo recorde em setembro de 2022, superando a expectativa inicial. Foram gerados 108 mil novos postos de trabalho naquele mês, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Outra meta era colocar Minas Gerais no *ranking* dos três principais destinos turísticos do País, o que se confirmou em outubro com a divulgação da pesquisa realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério do Turismo. A análise mostrou que o Estado é o segundo mais procurado pelos brasileiros. Isso se reflete no aumento de 70% na receita nominal das

atividades turísticas, sendo Minas Gerais o estado que mais cresceu no País no comparativo com 2021. O aumento de 38,7% no volume das atividades turísticas mineiras inclusive foi maior que a média nacional, situada em 25,9%.

Entre janeiro e outubro de 2022, houve também ampliação em 48% do número de pousos e decolagens de aeronaves nos aeroportos mineiros e em 48,2% no número de passageiros nos aeroportos do estado, em comparação ao mesmo período de 2021. Maior circulação via transporte terrestre é outro dado que demonstra o desenvolvimento do setor. Foi registrado 63% de aumento no fluxo de passageiros da rodoviária de Belo Horizonte entre janeiro e setembro de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021.

Além disso, Minas Gerais se tornou o Estado com o maior número de municípios cadastrados no Mapa do Turismo Brasileiro, com 567 registros, segundo o Ministério do Turismo (MTur).

Descentra Cultura - A proposta de descentralização sustenta diferentes ações da Secult. Uma delas é a própria democratização do acesso aos recursos públicos, que, historicamente, se concentravam em Belo Horizonte e região metropolitana, sendo responsável por até 95% da captação via Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Leic). Desde 2020, esse cenário mudou, passando para 66% a aprovação dos projetos na Região Intermediária (RI) de Belo Horizonte.

Nos três editais do Fundo Estadual de Cultura lançados neste ano, Exibe Minas, Calhas e Telhados e Via Liberdade, essa descentralização é ainda mais nítida. No primeiro, por exemplo, 52% dos projetos aprovados são da Região Intermediária de Belo Horizonte; no segundo, esse percentual cai para 25%, enquanto no terceiro o percentual está 57%, demonstrando um cenário distinto do que vinha sendo predominante em anos anteriores.

Ainda em relação à Leic, nos últimos três anos vem sendo constatado um aumento na captação de recursos via projetos oriundos das 13 Regiões Intermediárias do Estado. Em 2020 e 2021, o total captado pelas RIs, respectivamente, foi de R\$ 28,4 milhões e R\$ 44,6 milhões. Em 2022, esse número saltou para R\$ 53,7 milhões.

O programa Afromineiridades, que tem produzido um mapeamento dos territórios de religiões de matriz afro-



Minas é hoje o segundo estado mais procurado pelos brasileiros, segundo o MTur e o IBGE

Iphan entregou 87 obras em 4 anos

Mais de R\$ 300 milhões aplicados na entrega de 87 obras de restauração e requalificação de patrimônios históricos em todo o País, devolvendo à sociedade importantes ativos públicos. O investimento, realizado desde 2019 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), evidencia o empenho da autarquia pela preservação da rica memória do país, mas é apenas uma das várias frentes trabalhadas ao longo de quatro anos de intensos esforços.

Além de aportes na reforma de espaços que ajudam a recontar a trajetória brasileira, permitindo melhorias em locais como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, na cidade de Recife (PE), e no Edifício da Romaria, no município de Congonhas (região Central de Minas), entre outras, o Iphan, autarquia vinculada à Secretaria Especial da Cultural do Ministério do Turismo, contabiliza grandes avanços na valorização do patrimônio cultural do País.

Prova disso foi o tombamento de vários ativos materiais, a exemplo do Edifício-Sede da Cruz Vermelha Brasileira (RJ) e do Centro Histórico de Manaus (AM). Também houve a inédita adoção, em 2021, de consultas públicas prévias à publicação de normas de preservação. Avanços englobaram, ainda, o cadastro de novos sítios arqueológicos, com um recorde de quatro mil registros neste ano e uma lista total que, atualmente, reúne 33 mil áreas, o maior número desde 1961.

A presidente do Iphan, Larissa Peixoto, destaca o fortalecimento da salvaguarda de patrimônios e a aproximação do órgão aos

anseios da sociedade. “As consultas públicas permitem que todos participem da definição de procedimentos. Afinal, o nosso trabalho busca proporcionar que a sociedade, moradores e visitantes dos destinos nacionais usufruam de bens que foram devidamente restaurados e devolvidos ao uso público. Com isso, o Iphan reforça o compromisso com a proteção de patrimônios e o desenvolvimento socioeconômico”, frisa Larissa Peixoto, servidora de carreira do MTur e à frente do Iphan desde maio de 2020.

Outro legado se refere à análise de riscos de projetos de infraestrutura a bens protegidos. Lançado no ano de 2021, o Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP) garante prosseguimento em minutos a processos que poderiam levar meses. Com a ferramenta, o índice de solicitações atendidas no prazo passou de 48,8% (2021) para 79,2% neste ano, totalizando mais de 16.270 empreendimentos avaliados e licenciados desde 2019.

“O SAIP cruza informações do banco de dados do Iphan, que é baseado em georreferenciamento, com dados inseridos virtualmente pelos interessados na avaliação. Após o envio, imediatamente, o SAIP indica se há a necessidade de estudo de impacto. O sistema auxilia a proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro e contribui com o crescimento econômico do País, uma vez que agiliza as análises sem prejuízo aos critérios consolidados pelo Iphan. Assim, compatibiliza preservação com desenvolvimento”, aponta a presidente do Iphan.

-brasileira, como os terreiros, e atualmente possui 387 inscritos, é outro braço dessa política. O objetivo é facilitar o acesso dessas comunidades tradicionais, assim como as Folias de Reis e os Congados, dos editais públicos.

Secult nos municípios - Atualmente, a Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop) está presente, por meio de termos de parceria, em 29 municípios. Dois dos mais recentes são Peçanha e São Gotardo. Essa articulação viabiliza a itinerância de projetos expositivos, além de cursos de capacitação

coordenados pela Faop.

Seguindo essa mesma lógica, a Secult esteve presente neste ano em cerca de 300 cidades, promovendo encontros e oficinas voltadas especialmente para a qualificação da escrita de projetos, com palestras, capacitações e realização de fóruns para aprimorar as solicitações diante das demandas de cada região. Foram percorridos em média 10 mil quilômetros por mês.

A Empresa Mineira de Comunicação (EMC) também garantiu que o sinal digital pudesse chegar a 285 municípios mineiros por meio dos

programas Digitaliza Brasil e Digitaliza Minas. Além disso, 385 projetos para retransmissão de sinal de TV junto ao Ministério das Comunicações foram implantados e 33 outorgas foram liberadas.

O Circuito Liberdade atualmente sob gestão da Fundação Clóvis Salgado desenvolve programação cada vez mais voltada para atender a descentralização. Exemplo disso é a exposição de presépios Noite Sagrada, formada por 40 obras de artistas do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas integrando o Natal da Mineiridade.

SEGURANÇA HÍDRICA

Gerdau evolui em avaliação do CDP

A Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, acaba de alcançar a nota B - no reporte do módulo Segurança Hídrica do ciclo de 2022 do CDP, entidade referência mundial na avaliação de ações sustentáveis. É a primeira vez que a companhia reporta suas informações nesta categoria, reforçando seu compromisso com a transparência com seus públicos de interesse.

Além disso, no módulo Mudanças Climáticas do

CDP, a Gerdau manteve, em 2022, a nota B, acima da média global e do setor de metais e metalurgia. Entre as ações reportadas, está o uso de biocoque na unidade produtora de aço localizada em Ouro Branco (região Central). O material é uma fonte de energia renovável e alternativa ao carvão mineral e oferece ótimo potencial para ser utilizado como insumo energético em altos fornos, substituindo

os combustíveis fósseis que são utilizados tradicionalmente.

“A Gerdau possui uma das menores emissões de gases de efeito estufa da indústria global do aço, o que já a coloca em uma posição de destaque no setor, fruto de uma matriz produtiva sustentável focada principalmente no uso da sucata metálica e do biorredutor. A empresa assumiu recentemente o compromisso de reduzir suas emissões de

gases de efeito estufa de 0,93 t CO₂e, em 2021, para 0,83 t CO₂e até 2031”, afirma a gerente geral de meio ambiente da Gerdau, Cenira Nunes.

O CDP é uma instituição sem fins lucrativos que administra uma plataforma de divulgação de informações ambientais buscando que investidores, empresas, cidades, estados e regiões gerenciem seus impactos ao meio ambiente, incluindo mudanças climáticas.



LEGISLAÇÃO

JUDICIÁRIO

STF vai julgar ações que envolvem R\$ 711 bilhões

Pauta de 2023 começa pelo menos 16 grandes casos na área tributária

São Paulo - O ano de 2023 começa com ao menos 16 grandes casos na área tributária, envolvendo R\$ 711 bilhões, pendentes de decisão no Supremo Tribunal Federal (STF). Destes, nove já começaram a ser analisados pela Corte.

A possibilidade de mudança na composição do

“Há muitos anos não vejo 11 a 0 em tributário, é sempre 6 a 5 ou 7 a 4. Se vier um ministro que entende de tributário, muda o panorama”

colegiado no próximo ano, com a indicação de dois novos ministros pelo futuro governo, e a transferência de alguns temas do plenário virtual para o físico podem mudar os rumos de alguns desses julgamentos.

Ricardo Lewandowski completará em maio 75 anos, idade em que os ministros precisam se aposentar compulsoriamente. Em outubro, será a vez de Rosa Weber, atual presidente do tribunal.

O Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) aparece em seis desses casos e responde por



A indicação de dois novos ministros para o Supremo pode mudar rumo de processos

mais de 80% dos valores em discussão. Outro tema de destaque é a disputa entre governadores e contribuintes sobre a possibilidade de cobrança do diferencial de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o Difal, em 2022.

Um ponto que ganhou relevância nos julgamentos do STF recentemente foi a preocupação com o impacto das decisões sobre as contas públicas, o que tem levado alguns membros da Corte a propor modulação de efeitos naqueles mais relevantes.

Vanessa Cardoso, sócia responsável pela área tributária do Sfera Law, afirma que essa é uma questão que pode ganhar força diante do cenário fiscal mais restritivo em 2023. Por isso, em

sua avaliação, a tendência é que os resultados dos julgamentos sejam mais desfavoráveis aos contribuintes.

“A gente observa uma tendência de preocupação extrema com a questão orçamentária em detrimento da questão jurídica. A tese pode ser boa, há inconstitucionalidade clara na cobrança do tributo, porém, quando se olha a questão do impacto no Orçamento da União ou dos estados, a questão deixa de ser jurídica e passa a ser financeira-política”, afirma.

Tatiana Del Giudice Cappa Chiaradia, sócia do Candido Martins Advogados, vê grandes chances de uma modulação nas discussões sobre o ICMS Difal. “São cinco votos favoráveis aos contribuintes. A lei foi publicada em janeiro, logo

o novo tributo só pode ser exigido em 2023. Acho difícil o Supremo não modular. Quem entrou com ação está seguro. Quem não entrou vai depender da decisão.”

José Eduardo Toledo, sócio da área tributária do Madrona Advogados, destaca também a incerteza no próximo ano diante da substituição dos ministros que se aposentam e lembra que os placares nos julgamentos têm sido apertados nas últimas decisões.

“Duas pessoas novas dão um peso muito grande. Há muitos anos não vejo 11 a 0 em tributário, é sempre 6 a 5 ou 7 a 4. Se vier um ministro que entende de tributário, muda o panorama. Pode ser alguém que vai começar a ser condutor de voto”, pondera. **(Eduardo Cuculo/Folhapress)**

PREVIDÊNCIA

Lote mensal de atrasados é liberado

São Paulo - A Justiça Federal liberou o lote mensal de atrasados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para aposentados, pensionistas e outros segurados que ganharam ações com atrasados de até R\$ 72.720, desde que o pagamento tenha sido emitido pela Justiça em novembro.

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou, na última terça-feira (20), um total de R\$ 1,636 bilhão para quitar ações de benefícios previdenciários e assistenciais, a exemplo de revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 82.480 processos, com 107.012 beneficiários.

Considerando os processos que não são ligados a benefícios do INSS e assistenciais, os tribunais receberam R\$ 1,975 bilhão, para 181.518 beneficiários.

A data da liberação do dinheiro em uma conta da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil depende do cronograma de cada tribunal.

Para entrar em um dos lotes mensais de atrasados, a ação precisa ter sido finalizada, sem possibilidades de recursos do INSS, etapa que ocorre após o trânsito em julgado. Além disso, a Justiça precisa ter emitido a ordem de pagamento (fase que é chamada de requisição ou autuação do processo).

Os processos com atrasados de até 60 salários mínimos são pagos por meio de requisições de Pequeno Valor (RPVs).

Têm direito aos atrasados neste lote os segurados que processaram o INSS e ganharam a ação, e cuja data da ordem de pagamento do juiz seja de novembro de 2022. É preciso que o processo seja de até 60 salários mínimos, pois atrasados com valores maiores viram precatórios, que têm um outro sistema de pagamento, com liberação em apenas um lote por ano.

As RPVs a serem pagas são referentes à concessão ou revisão de aposentadoria, pensão por morte e auxílio-doença Benefício de Prestação Continuada (BPC). O segurado pode consultar o escritório de advocacia responsável pela ação ou o *site* do tribunal responsável pelo processo, de acordo com a região.

Direito adquirido - O trabalhador que atendia aos requisitos para se aposentar antes da reforma da Previdência, de 13 novembro de 2019, mas não solicitou o benefício à época, não pode ser prejudicado pela mudança na legislação. Este é o chamado direito adquirido, ou seja, o segurado não pode sofrer prejuízo pela implementação de nenhuma lei posterior ao preenchimento dos requisitos para receber

a aposentadoria.

Isso significa que quem completou 30 anos de contribuição, no caso das mulheres ou 35 anos, se homem, antes de a reforma entrar em vigor tem o direito de pedir o benefício por tempo de contribuição pelas regras antigas, que não exigem idade mínima ou pedágio da regra de transição.

O mesmo vale, por exemplo, para segurados que aguardavam processo trabalhista, antes da mudança, para comprovar ao INSS que haviam cumprido as regras. Ao solicitar a aposentadoria, o sistema faz os cálculos com base nas contribuições registradas e deve conceder o benefício mais vantajoso.

“Uma vez preenchidos os requisitos, o direito adquirido se incorpora ao patrimônio jurídico do interessado, mesmo que ele só peça sua aplicação ao INSS posteriormente. Como o direito previdenciário é uma área que muda frequentemente, é importante que o trabalhador fique atento, pois pode interferir no planejamento previdenciário, adiando ou antecipando o benefício”, explica Rômulo Saraiva, advogado previdenciário e colunista da Folha de S.Paulo.

Já o trabalhador que tem o direito adquirido, mas continua contribuindo, precisa ficar atento ao solicitar o benefício, uma vez que a regra

de transição pode ser mais vantajosa. Por lei, o INSS deve conceder o benefício que for mais vantajoso ao trabalhador.

Para saber qual regra vale mais a pena, o ideal é fazer um planejamento previdenciário, analisando os requisitos antigos e os atuais, assim como o tempo de contribuição até 13 de novembro de 2019.

“O segurado pode fazer uma simulação das regras de transição e das regras antigas no site do Meu INSS, mas ali ele não consegue saber o valor do benefício. O ideal seria procurar um advogado especializado na área previdenciária para que obtenha essa análise e saiba requerer o benefício na hora certa e com a melhor renda”, orienta Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Saraiva alerta de que não é incomum que a calculadora do INSS ofereça estimativas equivocadas, já que pode haver inconsistência no banco de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis). Por isso, além de procurar um especialista para auxiliar no pedido de aposentadoria, é necessário reunir o maior número de documentos possível para comprovar o direito adquirido. **(Luciana Lazarini e Flavia Kurotori/Folhapress)**

CURTAS

Código do Empreendedor

O Código de Defesa do Empreendedor foi aprovado no último dia 21, na Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei nº 4783/20 segue para análise do Senado e, entre outras questões, o texto prevê direitos e deveres para os empreendedores no exercício das atividades econômicas. Facilidades na abertura e fechamento de empresas, baixo custo de atos de liberação e funcionamento, clareza de informações, fiscalização orientadora e garantia do contraditório e da ampla defesa estão entre as deliberações da medida. O texto prevê ainda a criação de uma plataforma digital unificada para simplificação de processos de registro, abertura, funcionamento, modificação e extinção de empresas. A ideia é que o ambiente online seja conectado com diversos órgãos públicos para dar celeridade e transparência aos processos de emissão de documentos e certificados. A legislação também abarca a questão do reempreendedorismo, estabelecendo critérios que agilizam a reinserção de empreendedores no mercado, com medidas que facilitam a renegociação especial extrajudicial de dívidas empresariais.

CNPJ do MEI sem número do CPF

Os microempreendedores individuais (MEIs) já contam com um novo padrão de nome empresarial para preservar seus dados pessoais. Desde o dia 12 de dezembro, os novos CNPJs criados não trazem mais o CPF do titular. A mudança atende às reivindicações antigas de empreendedores que tinham seu dado pessoal divulgado no nome empresarial e segue as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Microempreendedores individuais formalizados antes dessa data e que desejarem retirar o CPF do nome empresarial podem fazer a solicitação de alteração de MEI no Portal do Empreendedor. As atualizações fazem parte de um trabalho em equipe do Sebrae com diversas outras instituições que vêm trabalhando para a modernização dos serviços governamentais voltados para o empreendedorismo. A Receita Federal do Brasil apresentou em seu boletim informativo sobre mudanças estratégicas no funcionamento da Redesim, divulgado recentemente, mais uma simplificação no processo de baixa dentro do Portal do Empreendedor. Todas as pessoas que quiserem dar baixa no MEI dentro do portal Gov.br, que estavam inscritas com CNPJ até o dia 16 de março de 2022, podem fazer o procedimento apenas com o selo bronze. Antes eram exigidos selo prata ou ouro.

Campanha “Dias Azuis”

Os clientes que possuem algum débito com a Copasa têm até o próximo dia 30 - quando termina a campanha “Dias Azuis” - para renegociar dívidas com condições especiais de pagamento. Os interessados podem pagar contas atrasadas em até 36 vezes com juros de 0,5% ao mês e entrada no valor de 5% do débito. Ou têm ainda a opção de quitarem o débito em aberto com desconto de 20%. As condições especiais são válidas para todos os clientes - comerciais, industriais, residenciais, públicos (com exceção das esferas governamentais federal, estadual ou municipal). Já para clientes da tarifa social, as condições preveem um pagamento parcelado em até 48 vezes sem juros, e entrada de 3%. No caso do pagamento à vista, o desconto aos clientes chega a 30%. Se o cliente optar pelo pagamento por PIX, à vista ou parcelado, poderá ter um desconto de até R\$ 10. A cada fatura paga em dia pelo PIX, o cliente ganha R\$ 1 de desconto, limitado a dez faturas. E o desconto será concedido na fatura seguinte.. O atendimento será exclusivamente *on-line* pela agência virtual da Copasa, que pode ser acessada pelo site www.copasa.com.br.

Suspensão de advogados inadimplentes

Por unanimidade de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de norma que caracteriza o não pagamento de anuidades, multas e serviços à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como infração disciplinar e motivo de suspensão profissional do advogado. Objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7020, a matéria foi analisada pelo Plenário da Corte na sessão virtual finalizada no dia último dia 16. A ação foi ajuizada pelo Partido Republicano da Ordem Social (Pros) contra dispositivos do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994), do Regulamento do Estatuto e de atos normativos dos Conselhos Seccionais da OAB que preveem a aplicação dessas sanções. O argumento era o de ofensa à livre iniciativa e à liberdade profissional, além da invasão da competência privativa da União para legislar sobre condições de exercício de profissões.

“Neutralidade, Valor Acrescido e Tributação”

Destinada a estudantes de pós-graduação, advogados, juízes e procuradores públicos, a 3ª edição da obra “Neutralidade, Valor Acrescido e Tributação”, escrito pelo professor da UFMG e livre-docente em direito tributário pela USP, André Mendes Moreira, sócio-conselheiro do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi, já está às vendas e promete ser referência para as discussões sobre a reforma tributária do consumo, temas abrangidos pelas PECs (Propostas de Emenda Constitucional) 45 e 110. Da editora Forum, o livro vendido por R\$ 120, tem seu prefácio escrito pelo professor titular de direito tributário da USP, Humberto Ávila. O autor traça um paralelo entre a aplicação dos impostos sobre o valor acrescido (IVA) dentro da constituição brasileira e como ela é feita no continente europeu, onde essa forma de tributação foi criada. A 3ª edição do livro “Neutralidade, Valor Acrescido e Tributação”, de André Mendes Moreira, pode ser adquirida através do endereço digital <https://loja.editoraforum.com.br/neutralidade-valor-acrescido-e-tributacao-3-ed>.



MERCADO DE CAPITAIS

Vencimento de LFTs será recorde em 2023

Títulos vinculados à taxa básica de juros, Selic, que devem ser quitados no próximo anos somam R\$ 464 bilhões

São Paulo - O vencimento dos títulos do governo brasileiro vinculados à taxa básica de juros atingirá um recorde em 2023, evidenciando os desafios para o serviço da dívida pública, no momento em que planos de gastos do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva atrasam as perspectivas de afrouxamento monetário.

Os vencimentos dos títulos pós-fixados, as chamadas LFTs, chegarão a R\$ 464 bilhões, o maior volume já registrado, com concentração em março (R\$ 178 bilhões) e setembro (R\$ 286 bilhões).

Quanto maior a taxa básica de juros, maiores serão os desembolsos do Tesouro. E essa perspectiva tornou-se mais nebulosa após o apoio de Lula a um pacote de R\$ 168 bilhões, já aprovado pelo Congresso, que contorna o teto constitucional de gastos para cumprir as promessas de campanha.

O Tesouro disse à Reuters que as emissões de dívida de 2020, elevadas pela pandemia, influenciaram esse vencimento elevado, destacando que sua reserva de liquidez de R\$ 1 trilhão permite “antecipar períodos de maior concentração de vencimentos e mitigar os riscos de refinanciamento da dívida pública”.

Ainda assim, a perspectiva de juros mais altos por mais tempo, que ganhou força após a apresentação do pacote, preocupa, disse o ex-secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, lembrando que a curva de juros do País mostra taxas de juros reais não vistas em nenhum outro lugar do mundo, situando-se acima de 6% para horizontes longos.

O Banco Central interrompeu um ciclo de aperto agressivo em setembro, após 12 aumentos seguidos que levaram a taxa de juros do menor valor da história de 2%, em março de 2021, para 13,75%.

Mas a curva de juros, que chegou a precificar um corte de juros em março de 2023, agora incorpora uma alta no mesmo mês, com taxas consistentemente em dois dígitos ao longo de sua extensão.

“Se o próximo governo não deixar muito claro qual é a nova regra fiscal, a gente vai ficar com esse juro, tanto de curto quanto de longo prazo, muito alto”, disse Mansueto, economista-chefe do BTG Pactual.

“Isso tem que mudar, senão vai machucar muito o investimento privado e levar a uma trajetória muito preocupante do crescimento da dívida pública. É um sinal muito negativo e acho que o Brasil corre o risco eventualmente ser rebaixado pelas agências de classificação de risco.”

Dívida - A dívida pública deve fechar este ano em torno de 74% do PIB, menor patamar desde 2018, ajudada pelo crescimento nominal do PIB, pelo pré-pagamento de empréstimos dos bancos federais e pelos resgates liquidados de dívida, com o Tesouro preferindo usar sua reserva de liquidez para reduzir emissões de títulos.

Mesmo assim, a relação segue acima da média de 65% dos países emergentes, com economistas estimando que poderá se aproximar de 90% do PIB no fim do mandato de Lula se não for feito um ajuste fiscal para contrabalançar a

expansão orçamentária.

Mansueto disse que a liberação de gastos adicionais pela PEC “assusta” e não deveria ter ultrapassado R\$ 100 bilhões.

Um novo quadro fiscal para substituir o desacreditado teto de gastos deve idealmente ser revelado no primeiro trimestre, acrescentou, dizendo que o novo governo também deve buscar medidas para aumentar as receitas, mencionando o retorno de R\$ 50 bilhões em impostos federais sobre combustíveis. **(Reuters)**

CONJUNTURA

IPCA deve atingir 5,23% no próximo ano

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do País, caiu de 5,76% para 5,64% para este ano. Para 2023, a projeção da inflação ficou em 5,23% contra 5,17% na semana passada. Para 2024 e 2025, as previsões são de inflação em 3,6% e 3,2%, respectivamente.

A estimativa consta no Boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

A previsão para 2022 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional, de 3,5% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. O limite inferior seria de 2% e o superior, de 5%.



BRUNO DOMINGOS / REUTERS

Em março do próximo ano os vencimentos totalizarão R\$ 178 bilhões e R\$ 286 bilhões em novembro

Da mesma forma, a projeção do mercado para a inflação de 2023 também está acima do teto previsto. Para 2023 e 2024, as metas fixadas são de 3,25% e 3%, respectivamente, também com os intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, para 2023 os limites são 1,75% e 4,75%.

Puxado pelo aumento de preços de combustíveis e alimentos, em novembro, a inflação subiu 0,41%. Com o resultado, o IPCA acumula alta de 5,13% no ano e 5,90% em 12 meses, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxa de juros - Para alcançar a meta de inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

A próxima reunião do Copom está marcada para 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2023. Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic seja mantida nos mesmos 13,75% ao ano nessa primeira reunião do ano. Mas para o fim de 2023, a estimativa é de que a taxa básica fique em 12% ao ano, contra 11,75% ao ano previstos na semana passada. Já para 2024 e 2025, a previsão é de Selic em 9% ao ano e 8% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despe-

sas administrativas.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio - A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano foi ajustada para 3,04%, frente a 3,05% na semana passada. Para 2023, a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi mantida em 0,79%. Para 2024 e 2025, o mercado financeiro revisou a expectativa de crescimento do PIB de 1,67% para 1,5% e de 2% para 1,9%, respectivamente.

Já a projeção para a cotação do dólar, a expectativa está em R\$ 5,25 para o final deste ano. Para o fim de 2023, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,27, contra R\$ 5,26 na semana passada. **(ABr)**



IDEIAS

2023 – O Brasil não é para amadores

JÚLIO CÉSAR DAMIÃO SOARES*

Em 2020 tivemos a Covid e a certeza de que ninguém estava preparado. Em 2021 vimos o retorno da economia e a certeza (equivocada) das empresas e governos de que tudo tinha passado (isso porque o ano de comparação foi 2020, ou seja, muito baixa). Em 2022 todos os riscos financeiros, econômicos, de energia, ambientais, de suprimentos e geopolíticos foram “colocados na mesa”, o que, para gestores (públicos e privados), significou o maior desafio de suas carreiras. 2023 se consolida como um ano de enormes desafios. Todas as previsões dos bancos comerciais, de investimentos e CEOs (FedEx, Morgan Stanley, Goldman Sachs, Microsoft entre outros), ao redor do mundo, estão projetando um ano de recessão. Não acredito que eles estejam errados.

2023 deve consolidar, cada vez mais, o que vimos em 2022:

1 - O PIB mundial continuará caindo. China, EUA, Índia e Países da Zona do Euro projetaram um PIB menor do que em 2022. Isto significa um menor volume de negócios e um maior desafio

para as empresas brasileiras. Para o nosso País, a projeção do crescimento do PIB é de apenas 1%. Muito pequeno para as nossas necessidades de investimentos. A produtividade e sinergia são fundamentais para manter as margens e os lucros.

2 - Teremos que conviver, ainda, com dólar alto e com uma volatilidade acima da média. A variação cambial impacta no caixa/liquidez. No dia em que escrevo esta matéria, o dólar está em R\$ 5,20, o que impacta o resultado das empresas, impacta também a sua vida (pão de sal, gasolina....). Então para as empresas, importante fazer o que chamamos de “trava” do dólar, garantindo a previsibilidade de desembolso de caixa.

3 - Os juros continuarão altos em 2023. A Selic hoje está a 13,75%, e com um viés de alta. Isto impacta os juros pagos pelas companhias (a maioria das empresas com ações na bolsa diminuiu ou teve prejuízos). Os juros altos também impactam no endividamento das famílias, tendo como consequência a diminuição do consumo e a falta de criação de empregos. Os bancos e as empresas já provisionaram uma inadim-

plência maior em 2023. É muito importante verificar os indicadores de liberação de crédito para os clientes. Pior do que vender com prejuízo é vender e não receber.

4 - Teremos em 2023 a continuação do enxugamento das empresas. Em 2022, já fizeram os ajustes a Amazon, Shopee, FedEx, HP, Philips, XP, Nubank, Buser, Xiaomi e Fintechs. Para você, que está lendo esta matéria, possa se preparar melhor, sugiro que participe de palestras e aumente o seu *networking* e para você, empresas, valorize e busque ter pessoas excelentes na equipe, essa será uma grande diferença para 2023.

5 - 2023 continuará nos mostrando o que muita gente tinha esquecido ou não tinha vivenciado; a inflação. Este “dragão” que impede o seu cliente de ter mais dinheiro, que impede a sua empresa de ter margens e que junto com o “não” crescimento (estagflação) mostra que temos ainda grande desafio nas empresas e no crescimento do mercado.

6 - Em 2023 teremos, ainda, grandes desafios fiscais. “Fora do teto” significa que as despesas não serão adicionadas na “contabilidade” do país, mas teremos que ter recurso

em caixa para o pagamento do “fora do teto”. Como o Brasil não tem dinheiro, teremos que emitir dívida e pagar mais juros. Isto vai impactar no custo do empréstimo ao pequeno e médio empresário, assim como na pessoa física. Novamente estamos atuando nas consequências, quando teríamos que atuar nas causas (fazer a reforma tributária e administrativa).

7 - Os investidores e a sociedade também cobrarão, em 2023, uma postura mais ativa das empresas e governos sobre as questões de ESG (social, ambiental e governança), assim como o cumprimento dos ODSs da ONU, de 2030. A conta é simples: se a sociedade vai mal, seu caixa vai mal (pergunte aos bancos o impacto em seus resultados devido à inadimplência). Mercado de Carbono, inclusão e ações sociais devem também ser pautas estratégicas nas empresas, cada uma fazendo a sua parte. A meta da ONU é 2030, mas sinceramente, não temos todo este tempo.

Resumindo: é importante, para 2023, repensar a estrutura das empresas (fazer mais com menos), renegociar as dívidas de curto, para longo



DIVULGAÇÃO

prazo, olhar com atenção o custo do produto/serviço (este controle que vai manter o seu lucro), assim como a precificação correta do produto (não venda com prejuízo), coloquem ESG na estratégia e, principalmente, foco nas pessoas certas. Não adianta ter um planejamento espetacular, se a execução é falha.

Não enxergue o mercado como se estivesse em um Boeing, a 40 mil pés de altura. Enxergue o mercado como se estivesse em um bimotor, a 10 mil metros de altura, pois assim conseguira se antecipar a muitas coisas que já estão acontecendo no mercado.

Quero encerrar ressaltando que, no Brasil, existem gran-

des oportunidades. Agronegócio, construção civil, ramo de alimentação, mercado de beleza, mercado veterinário, mercado farmacêutico, *e-commerce* e logística são exemplos disso. A leitura correta do mercado e as decisões pensadas, como sugestias nesta matéria, podem tornar a sua empresa mais robusta e, você, um profissional mais preparado. Quando a oportunidade chegar, e na recessão existem muitas, saberão aproveitá-las os melhores profissionais, afinal de contas, o Brasil não é para amadores....

***Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - Minas Gerais**

Bovespa

Movimento do Pregão 26/12

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -0,87% ao marcar 108737.75 pontos, com volume financeiro negociado de R\$ 10.626.467.932. As maiores altas foram REDE D OR ON, AMERICANAS ON, SID NACIONAL ON, SLC AGRI-COLA ON e YDUQS PART ON. As maiores baixas foram LOJAS RENNER ON, TOTVS ON, DEXCO ON, ENEVA ON e ULTRAPAR ON.

Pregão do dia 23/12

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R\$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	2.236.765	1.678.802	67,89	19.831.728,82	85,84
FRACIONARIO	255.179	3.772	0,15	56.511,56	0,24
DEMAIS ATIVOS	563.032	78.342	3,16	2.000.619,76	8,65
TOTAL A VISTA	3.054.973	1.760.917	71,21	21.888.860,02	94,74
EX OPC COMPRA	1	-	0,00	1,56	0,00
TERMO	642	9.409	0,38	146.979,39	0,63
OPCOES COMPRA	108.569	403.265	16,30	308.021,99	1,33
OPCOES VENDA	101.247	281.901	11,40	252.906,63	1,09
OPC.COMP.INDICE	804	24	0,00	74.818,31	0,32
OPC.VEND.INDICE	699	43	0,00	55.371,85	0,23
TOTAL DE OPCOES	211.319	685.234	27,71	691.118,80	2,99
BOVESPAFIX	534	118	0,00	11.718,59	0,05
TOTAL GERAL	3.596.145	2.472.750	100,00	23.102.832,02	100,00
PARTIC. NOVO MERCADO	1.718.647	1.411.842	57,09	12.573.642,98	54,42
PARTIC. NIVEL1	399.643	368.853	14,91	3.284.510,80	14,21
PARTIC. NIVEL2	486.725	477.222	19,29	3.969.121,14	17,18
PARTIC. BALCAO ORGANIZADO	233	1	0,00	431,03	0,00
PARTIC. MAIS	65	13	0,00	138,30	0,00
PARTIC. IBOVESPA	1.690.167	1.284.710	51,95	17.837.830,20	77,21
PARTIC. IBIX 50	1.194.893	1.000.959	40,47	14.793.363,09	64,03
PARTIC. IBIX 100	1.766.268	1.314.074	53,14	18.218.134,37	78,85
PARTIC. IBRA	2.162.348	1.504.516	60,84	19.640.772,13	85,01
PARTIC. MIDLARGE	1.253.494	881.726	35,65	14.922.385,33	64,59
PARTIC. SMALL	910.674	623.104	25,19	4.719.540,33	20,42
PARTIC. ISE	771.098	664.103	26,85	7.355.822,22	31,83
PARTIC. ICO2	1.206.838	972.585	39,33	13.205.816,38	57,16
PARTIC. IEE	160.404	63.327	2,56	1.258.289,63	5,44
PARTIC. INDXX	459.845	274.112	11,08	4.020.969,37	17,40
PARTIC. ICONSUMO	793.574	696.359	28,16	5.875.309,26	25,43
PARTIC. IMOBILIARIO	199.057	84.743	3,42	963.204,07	4,16
PARTIC. IFINANCEIRO	31.265	242.041	9,78	3.361.796,55	14,55
PARTIC. IMAT	241.145	123.130	4,97	3.430.316,52	14,84
PARTIC. UTIL	195.759	70.956	2,86	1.537.840,64	6,65
PARTIC. IBVX 2	907.998	649.384	26,26	7.644.289,53	33,08
PARTIC. IGC	2.149.913	1.497.034	60,54	19.060.077,79	82,50
PARTIC. IGCT	2.114.643	1.457.929	58,95	18.958.775,14	82,06
PARTIC. IGNM	1.517.614	1.129.532	45,67	12.221.358,76	52,89
PARTIC. ITAG ALONG	2.060.301	1.446.578	58,50	18.222.850,23	78,87
PARTIC. IDIV	696.914	380.747	15,39	8.258.340,36	35,74
PARTIC. IFIX	384.088	3.344	0,13	180.223,73	0,78
PARTIC. BDRX	28.538	8.642	0,34	195.672,03	0,84
PARTIC. IFIL	343.505	2.858	0,11	161.163,89	0,69

MERCADO À VISTA

LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade
SGTK11	INVESTO SGTK	CI	72,00	71,22	72,45	71,83	72,45	0,06+	71,96	73,54	12	81
AIAP34	ADVANCE AUTO	DRN ED	-	-	-	-	-	-	45,95	-	-	-
AIBB34	ABB LTD	DRN	39,04	39,03	39,40	39,14	39,36	1,33+	-	-	18	61
AICR34	AMCOR PLC	DRN	61,86	61,86	61,86	61,86	61,86	0,51+	61,85	-	1	1
AIDM34	ARCHER DANIE	DRN	-	-	-	-	-	-	487,00	-	-	-
AIEG34	AEGON NV	DRN	26,55	26,55	26,55	26,55	26,55	-	-	27,50	1	1
AIEP34	AMERICAN ELE	DRN	242,88	242,88	242,88	242,88	242,88	-1,36+	-	-	1	1
AIES34	AES CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	146,18	-	-	-
AIIV34	APARTMENT IN	DRN	38,03	38,03	38,04	38,03	38,04	=	37,52	-	3	3
AILB34	ALBEMARLE CO	DRN ED	48,99	48,60	48,99	48,68	48,70	0,74+	47,91	-	3	31
AILL34	BREAD FINAN	DRN	53,99	45,01	53,99	47,54	47,10	-0,92+	47,12	-	15	1.062
AILN34	ALNYLAM PHAR	DRN	61,06	61,06	61,06	61,06	61,06	-1,26+	-	-	1	130
AIMD34	ADVANCED MIC	DRN	40,00	40,00	41,52	41,20	41,40	0,82+	41,35	41,67	53	8.114
AIME34	AMETEK INC	DRN	30,21	30,21	30,21	30,21	30,21	1,40+	-	-	1	25
AIMP34	AMERIPRISE F	DRN	402,00	398,00	402,00	400,66	400,20	0,68+	-	-	5	10
AIMT34	APPLIED MATE	DRN	49,81	49,81	50,17	50,00	50,12	0,01+	42,55	-	8	13
AIMX34	AMERICAMOVIL	DRN	-	-	-	-	-	-	-	57,00	-	-
AINE34	ARISTA NETWO	DRN	155,81	155,81	156,16	156,02	156,16	0,22+	153,92	-	2	8
AIRE34	ALEXANDRIA R	DRN	-	-	-	-	-	-	186,00	-	-	-
AIU34	ANGLOGOLD AS	DRN	24,86	24,78	24,86	24,84	24,78	-0,32+	16,30	27,50	2	80
AUIT34	AUTODESK INC	DRN	239,50	239,50	244,15	240,66	244,15	0,68+	-	-	2	20
AIVB34	AVALONBAY CO	DRN	-	-	-	-	-	-	207,85	-	-	-
AIYX34	ALTERYX INC	DRN	-	-	-	-	-	-	10,81	-	-	-
AIZN34	ASTRAZENECA	DRN	-	-	-	-	-	-	53,00	61,32	-	-
AZMB34	AMBARELLA IN	DRN	-	-	-	-	-	-	16,48	-	-	-
AZMC34	AMC ENTERT H	DRN	4,00	3,71	4,15	3,78	3,71	-13,31+	3,75	3,95	75	29.430
AZMR34	AMYRIS INC	DRN	11,00	10,13	11,00	10,34	10,13	-5,32+	8,00	-	5	33
AZRE34	ARES MANAGEM	DRN ED	35,08	35,08	35,42	35,40	35,42	1,98+	-	-	2	33
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	64,24	63,70	65,48	64,26	65,15	0,07+	63,85	66,00	11	823
AALR3	ALLIAR	ON NM	20,92	20,92	21,59	21,30	21,31	0,99+	21,31	21,36	3.122	763.600
AAPL34	APPLE	DRN	34,22	33,30	34,37	33,82	33,85	-1,08+	33,85	34,02	1.344	300.620
ABBV34	ABBVIE	DRN	56,00	52,28	56,00	52,51	52,53	-0,28+	52,00	55,67	15	243
ABC84	ABC BRASIL	PN N2	19,54	19,37	19,95	19,70	19,72	1,38+	19,65	19,72	2.503	486.300
ABEV3	AMBEV S/A	ON E3	14,50	14,46	14,76	14,63	14,62	1,38+	14,62	14,65	17.318	30.772.700
ABTT34	ABBOTT	DRN	46,44	46,44	46,44	46,44	46,44	0,82+	41,00	48,60	1	1
ABUD34	AB INBEV	DRN	51,70	51,70	51,70	51,70	51,70	-0,84+	-	-	1	1
ACW11	TREND ACWI	CI	9,00	8,91	9,07	8,99	9,02	0,22+	9,02	9,05	52	8.088
ADBE34	ADOBE INC	DRN	34,01	34,01	35,21	34,57	35,13	1,21+	34,30	36,36	42	81.838
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	51,50	51,50	52,26	51,71	52,26	1,67+	-	-	2	7
AERI3	AERIS	ON NM	1,00	0,99	1,09	1,03	1,04	4,00+	1,03	1,04	2.367	9.105.700
AESB3	AES BRASIL	ON NM	9,68	9,68	10,07	9,92	9,96	2,57+	9,90	9,96	2.916	1.056.500
AFLT3	AFLUENTE T	ON	9,19	9,01	9,19	9,10	9,01	-3,32+	9,13	9,40	4	500
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	45,05	45,00	45,17	45,04	45,00	1,87+	42,90	45,27	4	11
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	28,26	28,16	28,74	28,42	28,40	0,70+	28,39	28,40	2.029	397.400
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	9,00	8,78	9,28	9,03	9,00	1,69+	8,87	9,00	375	87.700
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	19,00	22,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	22,00	-	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN ED	328,64	328,64	328,64	328,64	328,64	2,45+	-	-	1	3
AIRB34	AIRBNB	DRN	21,84	21,50	22,05	21,83	21,94	0,45+	21,85	22,30	36	4.304
ALLD3	ALLIED	ON NM	6,12	6,12	6,30	6,21	6,22	1,80+	6,18	6,22	288	114.400
ALPA3	ALPARGATAS	ON NI	11,60	11,60	11,89	11,73	11,78	2,52+	11,50	11,95	14	2.000
ALP44	ALPARGATAS	PN NI	14,24	14,05	14,97	14,62	14,80	4,51+	14,78	14,81	14.814	3.793.900
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	1,60	1,59	1,64	1,60	1,60	=	1,59	1,60	108	33.300
ALSO3	ALIANSCONAE	ON NM	16,70	16,67	17,55	17,33	17,48	5,30+	17,47	17,48	8.474	4.018.600
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	33,45	33,00	34,01	33,49	33,74	0,86+	33,55	33,74	110	153.457
ALUP1	ALUPAR	UNT N2	27,58	27,51	28,14	27,94	28,09	2,29+	28,07	28,10	4.456	734.500
ALUP3	ALUPAR	ON N2	9,14	9,00	9,30	9,15	9,00	-1,09+	9,00	9,23	143	25.300
ALUP4	ALUPAR	PN N2	9,30	9,30	9,49	9,35	9,32	0,97+	9,24	9,46	121	19.700
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,23	1,22	1,29	1,25	1,27	4,09+	1,25	1,27	2.441	8.393.100
AMBP3	AMBIAP	ON NM	20,35	20,25	21,68	21,21	21,45	5,92+	21,45	21,47	4.848	1.213.700
AMER3	AMERICANAS	ON NM	9,19	9,07	9,69	9,33	9,18	1,32+	9,18	9,19	23.261	30.967.600
AMGN34	AMGEN	DRN	48,47	48,47	48,68	48,49	48,68	-0,97+	-	56,00	3	111
AMZ034	AMAZON	DRN	21,64	21,35	22,09	21,74	21,89	1,15+	21,89	21,99	1.294	423.720
ANIM3	ANIMA	ON NM	3,99	3,92	4,19	4,10	4,18	5,55+	4,18	4,19	5.058	4.693.300
APER3	ALPER S.A.	ON NM	25,41	24,89	26,80	25,51	25,91	0,93+	25,02	25,91	221	35.100
APT13	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	-	-
APT14	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON NM	11,01	11,01	11,88	11,47	11,81	6,39+	11,77	11,83	1.787	402.500
ARMT34	ARCELOR	DRN	68,81	68,81	68,88	68,83	68,88	0,61+	68,88	76,14	3	33
ARZ23	AREZZO CO	ON E3 NM	77,51	76,70	81,32	80,19	80,85	5,04+	80,84	80,85	11.912	2.281.900
ASAI3	ASSAI	ON NM	20,21	19,79	20,80	20,14	20,02	-0,49+	20,01	20,02	18.430	9.067.600
ASIA11	TREND ASIA	CI	7,39	7,15	7,39	7,21	7,22	-0,27+	7,16	7,46	11	2.599
ASML34	ASML HOLD	DRN	51,66	51,50	51,90	51,89	51,90	-0,09+	51,00	-	4	107
ATOM3	ATOMPAP	ON	2,23	2,23	2,45	2,33	2,44	7,48+	2,31	2,44	56	33.700
ATTB34	ATT INC	DRN	31,28	31,04	31,69	31,35	31,35	0,06+	31,35	32,10	63	2.892
ATVY34	ACTIVISION	DRN	389,56	388,73	391,96	389,84	391,96	-0,44+	386,03	393,79	5	63
AUR334	AURA 360	DR3 ED	29,38	29,20	30,26	29,58	29,51	-0,47+	29,51	29,69	7.038	224.920
AURE3	AUREN	ON NM	14,91	14,78	15,44	15,11	15,05	1,34+	15,05	15,06	8.323	5.656.000
AVG034	BROADCASTM INC	DRN ED	40,56	40,56	40,56	40,56	40,56	-0,12+	-	44,00	1	1.600
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	7,80	7,80	7,80	7,80	7,80	14,87+	7,80	13,00	13	15.800
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN	74,81	74,42	75,96	75,63	75,30	0,70+	74,14	80,90	29	2.848
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,37	1,34	1,42	1,37	1,37	0,73+	1,36	1,37	130	116.200
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,25	1,20	1,29	1,23	1,24	-0,80+	1,23	1,24	327	360.700
AZO134	AUTOZONE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	56,80	-	-	-
AZUL4	AZUL	PN N2	10,80	10,74	11,65	11,27	11,45	6,51+	11,42	11,45	18.979	14.119.200
BIAM34	BROOKFIELD C	DRN	-	-	-	-	-	-	36,10	-	-	-
BIAX34	BAXTER INTER	DRN	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	0,90+	-	-	1	7
BIIL34	BIULIBI INC	DRN	24,75	23,90	24,75	24,05	23,95	-1,03+	10,16	24,58	50	609
BINT34	BIONTECH SE	DRN	57,81	55,92	58,18	56,83	56,82	-1,49+	56,22	56,22	53	1.806
BIPP34	BP PLC	DRN	44,85	44,85	45,24	44,98	45,24	1,34+	44,75	50,00	12	20.191
BISA34	BANCO SANTAN	DRN	40,03	39,00	40,03	39,59	40,02	-0,02+	39,20	40,03	6	26
BISX34	BOSTON SCIEN	DRN	237,12	237,12	239,28	239,01	239,28	0,29+	-	-	2	8
BITI34	BRITISH AMER	DRN ED	42,00	41,28	42,24	41,62	42,14	-3,76+	41,80	43,70	33	535
BZHI34	BILLCOM HOLD	DRN	2,97	2,95	3,00	2,95	3,00	=	2,85	-	3	107
BZYN34	BEYOND MEAT	DRN	3,33	3,29	3,38	3,32	3,32	-0,30+	3,27	4,11	19	1.636
B3SA3	B3	ON ED NM	12,34	12,32	13,39	13,07	13,35	8,57+	13,33	13,36	44.034	55.312.400
BAAX39	MSCI ASIA 3P	DRE	33,33	33,05	33,33	33,25	33,27	-0,18+	33,20	-	19	30.270
BABA34	ALIBABAGR	DRN	16,15	15,72	16,39	16,16	15,81	-2,04+	15,76	15,81	780	646.813
BACW39	MSCI ACWI	DRE	43,75	43,29	43,96	43,68	43,73	-0,43+	43,59	-	19	550
BAHI5	BAHEMA	ON MA	11,11	11,00	11,38	11,15	11,00	-0,72+	11,00	11,34	16	6.300
BALM3	BAUMER	ON	-	-	-	-	-	-	-	11,50	-	-
BALM4	BAUMER	PN	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	1,01+	9,00	9,99	1	100
BAZ33	AMAZONIA	ON	49,49	47,50	49,90	48,52	48,00	-1,21+	47,17	48,00	72	10.000
BBAS3	BRASIL	ON NM	34,53	34,53	35,64	35,19	35,28	2,26+	35,27	35,28	31.318	8.744.400
BBDC3	BRADESCO	ON NI	13,24	13,15	13,43	13,32	13,36	1,36+	13,36	13,37	5.954	3.177.800
BBDC4	BRADESCO	PN NI	14,95	14,91	15,28	15,13	15,14	1,74+				

Pregão

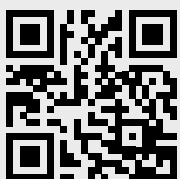
Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados			
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade		
CGRA4	GRAZZIOTIN	PN	EJ	26,35	26,18	26,95	26,49	26,50	0,18+	26,35	26,50	73	18.900	
CHCM34	CHARTER COMM	DRN		28,00	28,00	28,61	28,53	28,61	3,43+	26,11	34,03	101	24180	
CHVX34	CHEVRON	DRN		89,23	88,86	91,67	90,66	91,18	2,62+	90,26	91,18	116	10.970	
CIEL3	CIELO	ON	NM	5,09	5,03	5,31	5,18	5,18	2,16+	5,17	5,19	18.251	23.897.900	
CLOV34	CLOVERHEALTH	DRN		-	-	-	-	-	-	-	9,26	-	-	
CLSA3	CLEARSALE	ON	NM	5,62	5,62	6,12	5,94	5,97	7,18+	5,97	5,98	2.765	643.600	
CLSC3	CELESC	ON	N2	50,90	50,90	50,90	50,90	50,90	0,73+	50,20	50,90	2	200	
CLSC4	CELESC	PN	N2	55,20	54,70	55,20	54,95	54,70	1,97+	54,50	55,20	2	200	
CMCS34	COMCAST	DRN		35,91	35,85	36,56	36,14	36,10	0,52+	36,10	36,67	29	7.871	
CMDB1	BTG COMMODIT	CI		11,06	10,60	11,06	10,79	10,81	0,55+	10,79	11,40	8	36	
CMIG3	CEMIG	ON	EJ	N1	16,92	16,62	17,18	16,90	16,83	1,77+	16,82	16,88	1.034	221.000
CMIG4	CEMIG	PN	EJ	N1	11,07	11,02	11,35	11,17	1,11+	11,11	11,12	13.021	9.059.900	
CMIN3	CSMINERACAO	ON	N2	4,00	3,96	4,06	4,01	4,03	0,75+	4,02	4,03	7.130	9.097.300	
CNIC34	CANAD NATION	DRN		-	-	-	-	-	-	26,00	-	-	-	
COCA34	COCA COLA	DRN		54,50	54,12	55,49	54,55	55,49	-0,01-	54,90	55,49	878	14.312	
COCE5	CEOELCE	PNA		43,21	42,86	43,31	43,12	43,31	0,72+	43,04	43,32	50	8.000	
COGN3	COGNA ON	ON	NM	2,12	2,10	2,20	2,16	2,17	2,35+	2,17	2,18	15.513	21.629.400	
COLG34	COLGATE	DRN		58,50	58,44	59,04	58,60	58,44	0,25+	57,00	60,01	5	60	
COPH34	COPHILLIPS	DRN	ED	47,89	47,60	52,50	49,33	50,74	5,94+	49,84	50,74	126	2.467	
CORN1	BB ETF MILHO	CI		9,97	9,56	10,00	9,97	9,99	0,20+	9,55	9,99	20	11.026	
COWC34	COSTCO	DRN		59,26	58,67	60,36	59,63	59,56	0,64+	58,75	66,33	60	7.997	
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON	NM	32,33	32,30	32,88	32,71	32,70	1,58+	32,70	32,77	4.915	801.400	
CPL1	COPEL	UNT	N2	37,76	37,36	38,00	37,64	37,66	0,18+	37,66	37,67	2.586	341.600	
CPL3	COPEL	ON	N2	6,75	6,72	6,86	6,79	6,83	1,18+	6,83	6,84	1.297	463.000	
CPL5	COPEL	PNA	N2	-	-	-	-	-	-	19,99	-	-	-	
CPL6	COPEL	PNB	N2	7,73	7,66	7,82	7,72	7,72	0,52+	7,72	7,73	7.651	5.997.200	
CRDE3	CR2	ON		17,79	17,79	17,79	17,79	17,79	-1,16-	-	17,79	1	30.700	
CRFB3	CAREFOUR BR	ON	NM	15,51	15,51	16,15	15,92	15,79	2,26+	15,78	15,79	17.750	6.399.800	
CRIP34	CTRIPCOM	DRN		187,09	187,09	187,09	187,09	187,09	-	-	-	1	-	
CRIV3	ALFA FINANC	ON		5,05	5,05	5,11	5,08	5,11	1,18+	5,07	5,23	5	600	
CRIV4	ALFA FINANC	PN		-	-	-	-	-	-	4,88	5,31	-	-	
CRPG3	CRISTAL	ON		-	-	-	-	-	-	23,00	99,00	-	-	
CRPG5	CRISTAL	PNA		26,35	26,35	26,69	26,37	26,69	1,29+	26,19	26,69	10	2.700	
CRPG6	CRISTAL	PNB		-	-	-	-	-	-	26,01	26,68	-	-	
CSAN3	COSAN	ON	NM	16,72	16,69	17,37	17,19	17,29	3,59+	17,29	17,31	15.161	8.429.900	
CSCO34	CISCO	DRN		49,00	48,87	49,30	48,88	48,87	0,63+	45,00	51,71	5	104	
CSED3	CRUZEIRO EDU	ON	NM	3,92	3,90	4,05	3,99	3,97	1,79+	3,96	3,97	944	701.900	
CSMG3	COPASA	ON	NM	15,67	15,48	15,88	15,69	15,69	0,70+	15,69	15,70	4.057	821.800	
CSNA3	SID NACIONAL	ON		14,17	13,66	14,17	13,89	13,91	-2,24-	13,90	13,91	11.491	9.012.400	
CSRN3	COSERN	ON		-	-	-	-	-	-	20,00	21,35	-	-	
CSRN5	COSERN	PNA		-	-	-	-	-	-	18,61	23,00	-	-	
CSRN6	COSERN	PNB		-	-	-	-	-	-	18,61	22,00	-	-	
CSUD3	CSU DIGITAL	ON	NM	11,40	11,18	11,64	11,38	11,46	0,52+	11,42	11,46	1.033	151.100	
CTGP34	CITIGROUP	DRN		38,22	37,77	38,32	37,96	37,91	0,39+	37,91	39,00	20	421	
CTKA3	KARSTEN	ON		-	-	-	-	-	-	-	21,40	-	-	
CTKA4	KARSTEN	PN		-	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	
CTNM3	COTEMINAS	ON		-	-	-	-	-	-	4,61	-	-	-	
CTNM4	COTEMINAS	PN		1,93	1,89	1,93	1,90	1,90	3,26+	1,85	1,90	10	1.700	
CTSA3	SANTANENSE	ON		2,56	2,56	2,87	2,71	2,86	7,11+	2,67	2,81	22	7.900	
CTSA4	SANTANENSE	PN		1,63	1,62	1,65	1,62	1,62	-	1,62	1,65	59	49.200	
CURY3	CURY S/A	ON	NM	12,15	12,15	12,63	12,41	12,15	-0,24-	12,14	12,15	10.111	24.018.800	
CVCB3	CVC BRASIL	ON	NM	4,39	4,34	4,75	4,61	4,71	7,53+	4,71	4,72	10.448	23.281.400	
CVSH34	CVS HEALTH	DRN		48,40	47,90	48,60	48,13	48,12	-0,18-	48,12	-	7	1.861	
CXSE3	CAIXA SECURI	ON	NM	8,22	8,16	8,43	8,33	8,38	2,31+	8,37	8,38	4.586	1.811.300	
CYRE3	CYRELA REALT	ON	NM	13,03	13,03	13,83	13,54	13,47	3,85+	13,47	13,49	17.552	7.013.200	
DI0G34	DATADOG INC	DRN		36,65	36,65	36,65	36,65	36,65	-3,62-	-	-	1	100	
DIEL34	DELL TECHNOL	DRN		-	-	-	-	-	-	-	22,05	-	-	
DIEK34	DEXCOM INC	DRN		11,63	11,47	11,63	11,60	11,47	-1,37+	-	-	2	2.400	
DILR34	DIGITAL REAL	DRN	ED	130,78	130,78	130,78	130,78	130,78	1,85+	-	-	1	-	
DIOG34	DOUGSIGN INC	DRN		13,83	13,79	13,95	13,83	13,84	-0,71-	12,90	16,11	86	139	
DIOV34	DOW INC	DRN		64,67	64,67	64,67	64,67	64,67	-1,44-	-	-	1	2	
DIVN34	DEVON ENERGY	DRN		314,34	314,34	319,30	317,21	319,30	5,08+	-	314,33	7	14	
D2KN34	DRAFFINKS	DRN		9,88	9,85	9,88	9,87	9,85	-0,90+	-	-	2	110	
DZP234	DOMINOSPIZZA	DRN	ED	35,92	35,92	36,64	36,51	36,64	1,66+	-	-	24	32	
DASA3	DASA	ON	NM	13,81	13,43	14,40	13,80	14,00	3,70+	13,99	14,00	1.355	173.900	
DBAG34	DEUTSCHE AK	DRN		57,84	57,84	57,84	57,84	57,84	-0,29+	58,10	-	1	5	
DEI434	DELTA	DRN		-	-	-	-	-	-	15,18	-	-	-	
DEEC34	DEERE CO	DRN		75,41	75,02	75,92	75,47	75,92	0,68+	75,02	-	8	32	
DEOP34	DIAGEO PL	DRN		53,00	51,70	53,00	51,92	52,05	1,26+	51,85	53,00	11	164	
DESK3	DESKTOP	ON	NM	8,88	8,88	9,25	9,12	9,09	2,24+	9,09	9,15	1.073	212.200	
DEXP3	DEXXOS PAR	ON	N1	6,92	6,92	7,12	7,05	7,07	2,91+	7,07	7,08	665	88.100	
DEXP4	DEXXOS PAR	PN	N1	6,14	6,02	6,24	6,19	6,03	-0,49-	6,03	6,24	8	2.000	
DGCO34	DOLLAR GENSER	DRN		-	-	-	-	-	-	52,25	-	-	-	
DHER34	DANAHER CORP	DRN		49,07	47,80	50,82	49,02	47,89	0,71+	47,70	-	39	52	
DIRR3	DIRECIONAL	ON	ED	NM	15,11	15,07	15,88	15,50	2,19+	15,35	15,37	13.807	3.470.000	
DISB34	WALT DISNEY	DRN		29,70	29,45	30,40	29,88	30,40	2,32+	30,20	30,40	530	44.270	
DIVO1	IT NOW IDIV	CI		71,10	71,10	72,50	71,82	72,50	1,96+	71,99	72,59	155	46.548	
DMFN3	DMFINANCEIRA	ON		-	-	-	-	-	-	-	13,00	-	-	
DMMO3	DOMMO	ON		1,85	1,82	1,87	1,84	1,87	0,53+	1,86	1,87	2.673	3.802.700	
DMVF3	DIOXOVFARMA	ON	NM	3,86	3,86	4,15	3,99	4,13	7,27+	4,05	4,13	78	29.000	
DNA1	IT NOW DNA	CI		33,96	32,39	33,96	33,37	33,43	-1,56+	33,43	34,00	43	719	
DOHL4	DOHLER	PN		4,29	4,29	4,32	4,30	4,32	0,69+	4,24	4,31	5	600	
DOT23	DOTZ SA	ON	NM	1,23	1,22	1,27	1,24	1,22	-0,81-	1,22	1,27	183	32.600	
DTCY3	DTCOM-DIRECT	ON		-	-	-	-	-	-	-	5,80	-	-	
DXC03	DEXCO	ON	EB	NM	6,75	6,62								

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação						Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados			
								Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade		
NIN33	GETNINJAS	ON	NM	2,94	2,90	3,13	3,01	2,91	-2,34%	2,91	2,92	558	142.900
NOK134	NOKIA CORP	DRN		24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	1,73%	-	-	1	8
NORD3	NORDON MET	ON		-	-	-	-	-	-	4,00	6,00	-	-
NTCO3	GRUPO NATURA	ON	NM	10,93	10,93	11,92	11,42	11,42	4,10%	11,41	11,42	25.892	17.805.200
NUBR33	NU-NUBANK	DR3		3,30	3,23	3,35	3,28	3,35	0,90%	3,32	3,36	6.386	3.362.939
NVDC34	NVIDIA CORP	DRN		16,49	15,95	16,61	16,31	16,21	-1,69%	16,21	16,29	932	853.668
OKT34	OKTA INC	DRN		-	-	-	-	-	-	17,71	-	-	-
OIMC34	ONMICOM GROU	DRN	ED	208,60	208,60	208,60	208,60	208,60	2,75%	-	-	1	5
OZNS34	ON SEMICONDU	DRN		40,44	40,44	40,64	40,63	40,64	0,69%	21,00	-	2	21
ODPV3	ODONTOPREV	ON	EJ NM	8,91	8,82	9,13	9,03	9,04	1,91%	9,01	9,04	3.547	1.106.800
OFSA3	OUROFINO S/A	ON	EJ NM	24,80	24,50	24,84	24,63	24,50	1,03%	24,08	24,50	20	4.600
OIBR3	OI	ON	NI	0,19	0,18	0,20	0,18	0,19	=	0,18	0,19	17.315	11.654.900
OIBR4	OI	PN	NI	0,55	0,52	0,55	0,53	0,52	-5,45%	0,52	0,53	416	1.412.500
ONC3	ONCOCLINICAS	ON	NM	6,54	6,54	7,00	6,85	6,71	1,51%	6,70	6,71	4.050	3.422.300
OPCT3	OCEANPACT	ON	NM	2,94	2,88	3,07	2,95	2,97	=	2,97	2,98	1.031	439.700
ORCL34	ORACLE	DRN		69,60	69,20	69,60	69,20	69,20	0,56%	53,00	78,00	3	151
ORLY34	OREILLY AUT	DRN		14,01	13,98	14,01	13,98	13,98	1,08%	13,85	-	2	18
ORVR3	ORIZON	ON	NM	34,87	34,52	35,57	35,02	35,00	0,37%	34,98	35,00	2.102	283.600
OSXB3	OSX BRASIL	ON	NM	6,64	6,62	7,47	7,08	7,47	10,01%	7,00	7,56	25	3.900
OXYP34	OCCIDENT PTR	DRN		55,66	53,85	55,66	54,57	54,80	3,67%	54,17	55,60	79	2.172
PIDD34	PINDUODOU IN	DRN		43,83	43,06	43,83	43,80	43,06	-2,79%	23,10	59,70	2	17
PIDT34	PRUDENTIAL F	DRN		257,04	257,04	260,10	258,84	259,08	2,19%	-	-	3	13
PIQO34	PIONEER NATU	DRN		-	-	-	-	-	-	271,65	-	-	-
PIKX34	POSCO HOLD	DRN		-	-	-	-	-	-	71,50	-	-	-
PILD34	PROLOGIS INC	DRN	ED	48,78	48,55	48,78	48,75	48,55	0,72%	48,27	52,24	3	126
PIVH34	PVH CORP	DRN		-	-	-	-	-	-	187,00	-	-	-
PZAN34	PALOALTO NET	DRN		12,14	12,14	12,17	12,16	12,16	-1,85%	12,14	-	8	41
PZCO34	PROCORE TECH	DRN		24,50	24,50	24,50	24,50	24,50	-12,74%	24,79	32,00	3	12
PZEN34	PENN NATIONAL	DRN		15,60	15,60	15,60	15,60	15,60	-7,80%	15,79	-	1	30
PZIN34	PINTERESTINC	DRN		-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	-
PZLN34	PLANETFITNES	DRN		51,38	51,00	51,40	51,20	51,28	2,09%	-	-	7	10
PZLT34	PLANETIRTECH	DRN		11,55	10,55	11,55	10,60	10,92	1,86%	10,60	11,00	13	4.007
PAGS34	PAGESEGRO	DRN		8,74	8,71	8,99	8,89	8,71	1,51%	8,71	8,94	315	36.084
PARD3	IHPARDINI	ON	EJ NM	20,95	20,95	21,54	21,26	21,26	0,85%	21,22	21,29	3.447	733.400
PAT13	PANATLANTICA	ON		-	-	-	-	-	-	28,50	42,86	-	-
PAT14	PANATLANTICA	PN		-	-	-	-	-	-	38,10	49,99	-	-
PCAR3	PACUCAR-CBD	ON	NM	17,84	17,77	18,49	18,07	18,03	1,69%	18,00	18,03	5.031	1.558.100
PDGR3	PDGR REALT	ON	NM	0,12	0,11	0,13	0,11	0,12	=	0,12	0,13	975	22.085.400
PDTC3	PAIDTEC	ON	NM	3,05	3,00	3,06	3,02	3,05	0,66%	3,03	3,05	182	21.800
PEAB34	PAR AL BAHIA	PN		58,05	58,05	58,05	58,05	58,05	-	58,04	62,99	1	100
PEPB34	PEPSICO INC	DRN		62,01	61,95	62,83	62,56	62,28	0,43%	61,90	62,82	94	7.647
PETR3	PETROBRAS	ON	N2	27,39	27,31	28,60	28,16	28,56	5,11%	28,56	28,57	18.884	12.490.700
PETR4	PETROBRAS	PN	N2	24,13	24,13	25,22	24,83	25,12	4,71%	25,12	25,13	98.389	68.387.900
PETZ3	PETZ	ON	NM	6,50	6,48	6,93	6,74	6,78	4,95%	6,77	6,78	10.963	9.944.200
PEVC1	INVESTO PEVC	CI		93,62	93,62	93,62	93,62	93,62	0,93%	93,61	-	1	7.615
PFIZ3	PFIZER	DRN		66,55	65,98	66,99	66,72	66,50	-0,10%	66,50	67,00	191	1.000
PFRM3	PROFARMA	ON	EJ NM	3,36	3,36	3,50	3,45	3,49	2,64%	3,46	3,49	891	198.200
PGCO34	PG	DRN		57,01	54,58	57,01	56,04	56,22	-0,24%	55,90	56,47	62	4.635
PGMN3	PAGUE MENOS	ON	NM	4,00	4,00	4,26	4,12	4,13	3,25%	4,10	4,13	4.124	691.500
PGHN34	PGPHILIPS	DRN		75,88	75,88	77,00	76,58	77,00	3,35%	74,50	84,00	3	3
PHMO34	PHILIP MORRI	DRN	ED	258,40	258,40	262,62	261,99	262,62	1,63%	258,02	-	4	27
PIBB1	IT NOW PIBB	CI		188,24	188,24	192,74	192,14	192,32	21,06%	192,32	193,52	71	174.870
PINE4	PINE	PN	N2	1,66	1,60	1,66	1,62	1,65	-	1,62	1,65	97	61.600
PLAS3	PLASCAR PART	ON		8,95	8,95	8,95	8,95	8,95	-	8,99	9,99	1	200
PLPL3	PLANOPLANO	ON	NM	3,68	3,59	4,00	3,84	4,00	8,40%	3,99	4,00	1.514	482.300
PNVL3	DIMED	ON	NM	9,85	9,80	10,35	10,18	10,34	5,29%	10,31	10,34	1.884	491.700
POMO3	MARCOPOLO	ON	N2	2,35	2,33	2,47	2,42	2,47	5,10%	2,46	2,47	450	438.300
POMO4	MARCOPOLO	PN	N2	2,68	2,64	2,81	2,77	2,79	5,28%	2,77	2,79	8.014	15.458.600
POR73	WILSON SONS	ON	ED NM	10,78	10,64	11,00	10,86	10,94	3,20%	10,85	10,94	733	111.600
POS13	POSITIVO TEC	ON	NM	8,15	8,15	8,87	8,63	8,80	8,10%	8,80	8,82	5.600	2.369.500
PPLA1	PPLA	UNT		4,53	4,53	4,54	4,53	4,54	0,22%	4,54	4,58	5	150
PRIO3	PETRIORIO	ON	NM	35,95	35,36	36,05	35,58	35,49	0,65%	35,48	35,49	20.175	7.403.800
PRNR3	PRINER	ON	EJ NM	6,58	6,53	6,93	6,79	6,81	3,33%	6,79	6,81	770	227.400
PSSA3	PORTO SEGURO	ON	NM	22,95	22,52	23,36	23,02	22,89	0,30%	22,89	22,92	9.136	1.765.600
PTBL3	PORTOBELLO	ON	NM	8,17	8,16	8,52	8,36	8,43	3,69%	8,43	8,45	1.837	715.200
PTNT3	PETTENATI	ON		9,10	9,10	9,30	9,25	9,30	4,96%	9,05	9,25	6	700
PTNT4	PETTENATI	PN		6,28	6,16	6,43	6,26	6,16	-1,28%	6,16	6,29	47	20.700
PLYL34	PAYPAL HOLD	DRN		17,76	17,47	17,85	17,64	17,73	-0,28%	17,40	18,25	66	36.072
QZSC34	QUANTUMSCAPE	DRN		9,79	9,79	9,79	9,79	9,79	3,48%	-	-	1	10
QCOM34	QUALCOMM	DRN		47,21	47,20	47,61	47,25	47,48	-0,06%	47,31	50,00	14	5.925
QUAL3	QUALICORP	ON	NM	5,83	5,81	6,35	6,16	6,19	7,83%	6,16	6,19	9.636	5.344.700
RICL34	ROYAL CARIBB	DRN		126,88	125,81	126,88	125,96	126,21	-6,88%	126,20	-	4	24
RIIN34	REALTY INCOM	DRN		165,12	163,20	165,50	165,26	165,50	1,25%	163,20	-	5	13
RIKU34	ROKU INC	DRN		10,80	10,64	10,80	10,73	10,64	-1,48%	10,32	11,28	7	646
RZBL34	ROBLOX CORP	DRN		13,74	13,06	13,81	13,42	13,81	0,50%	13,32	15,15	15	978
RZDF34	REDFIN CORP	DRN		3,68	3,66	3,68	3,67	3,66	-2,91%	-	-	2	71
RZHH34	RH	DRN		22,99	22,84	22,99	22,92	22,95	3,09%	-	-	25	36
RADL3	RAIDROGASIL	ON	NM	23,56	23,45	24,03	23,82	23,88	1,31%	23,87	23,88	11.186	4.483.600
RAIL3	RUMO S.A.	ON	NM	18,64	18,67	19,52	19,26	19,15	3,17%	19,15	19,16	24.613	7.768.200
RAIZ4	RAIZEN	PN	N2	3,65	3,62	3,74	3,68	3,71	2,20%	3,71	3,72	8.391	4.486.400
RANI3	IRANI	ON	NM	7,75	7,72	7,94	7,79	7,75	0,38%	7,74	7,75	5.235	1.314.300
RAPT3	RANDON PART	ON	EJ NI	8,00	7,92	8,02	7,96	7,93	-0,80%	7,93	7,99	59	10.900
RAPT4	RANDON PART	PN	EJ NI	8,06	7,98	8							



Cine Humberto Mauro exibe “Trilogia do Anel”

Celebrando uma franquia lançada no período natalino do começo dos anos 2000 e que se tornou um grande clássico cinematográfico das festividades de final de ano, a Fundação Clóvis Salgado (FCS) apresenta a mostra especial “Trilogia do Anel”, com as versões originais e estendidas dos filmes baseados na obra do escritor britânico J. R. R. Tolkien (1892-1973). As sessões acontecem hoje, amanhã e quinta-feira, a partir das 15h, no Cine Humberto Mauro, e serão as últimas exibições antes do período de recesso da sala. A entrada é gratuita. A programação inclui ainda uma edição da série “História Permanente do Cinema”, como o primeiro filme da trilogia, “O Senhor dos Anéis: A Sociedade do Anel” (foto), de 2001. A sessão comentada ocorre hoje, logo após o filme, com a presença dos críticos de cinema e pesquisadores Yasmine Evaristo e Cleiton Lopes. Os ingressos para os filmes serão distribuídos na bilheteria do Cine Humberto Mauro a partir de uma hora antes de cada sessão.

Os três filmes, dirigidos simultaneamente pelo cineasta neozelandês Peter Jackson, seguem a jornada do hobbit Frodo, que vive na Terra-Média, e recebe de presente de seu tio um anel mágico e maligno, que precisa ser destruído antes que caia nas mãos do mal. Para isso, ele terá um caminho árduo pela frente, onde encontrará perigo, medo e personagens peculiares. Os três longas-metragens, “A Sociedade do Anel”, “As Duas Torres” (2002) e “O Retorno do Rei” (2003), somam mais de nove horas de duração, e foram adaptados a partir dos romances escritos por Tolkien entre 1937 e 1949. A história começa como sequência de um livro anterior de Tolkien, O Hobbit, e logo se desenvolve numa trama muito maior. Embora Tolkien tenha planejado o lançamento em volume único, a trilogia foi originalmente publicada em três volumes, entre 1954 e 1955, e foi assim que tanto os livros quanto os filmes



DIVULGAÇÃO

se tornaram imensamente populares.

Embora não tenham relação temática com o Natal ou a virada de ano, os três filmes da “Trilogia do Anel” foram lançados neste período, há cerca de 20 anos. Vitor Miranda, gerente do Cine Humberto Mauro e curador da mostra, destaca que este foi um dos motivos para a realização das exibições na reta final de 2022. “A gente pensou no fechamento do ano para tentar capturar justamente esse mesmo furor que aconteceu em 2001, 2002 e 2003, quando os filmes foram lançados. Eles estrearam (no Brasil) perto do Natal e do Ano Novo. O Retorno do Rei foi lançado justamente no Natal. E eu não acho que foi à toa. Acredito que é uma época do ano na qual a gente está propenso a se encantar com coisas lúdicas, a estar mais abertos para narrativas de fantasia. Eu creio que é um momento que nós queremos ser um pouco escapistas, e justamente fazer maratonas, porque muita gente vai estar de folga, ou de férias, então é um período que inspira um pouco essa mitologia que o Tolkien traz”, ressalta.

Nos três dias da mostra, os filmes serão exibidos em sequência, reforçando a compreensão da trilogia como uma linha do tempo dos acontecimentos que compõem o enredo. “Desde a chegada do Gandalf ao condado para o aniversário

do Bilbo, até a jornada dos Portos Cinzentos, existe uma linha ali que desenha esse renascimento da ameaça do Sauron, e no final a derrota dele. Então eu acho que ver os filmes em sequência é justamente seguir essa linha do tempo. E a sala de cinema potencializa todos os recursos sensoriais dessas obras, que apostam muito nos sentidos, no caráter épico, no som e na imagem. São filmes que foram muito marcantes em questão de efeitos visuais, e talvez hoje seja um pouco diferente do que a

“As versões estendidas possuem cenas que ampliam a interação entre os personagens, e também a relação deles com a Terra-Média”

gente vê, mas eu creio que não envelheceram mal, são efeitos que funcionam bem. A sala de cinema produz essa imersão. São filmes de três horas, tem uma versão estendida que tem quatro horas, então eu acredito que a sala de cinema propõe essa continuidade, de justamente assistir sem pausa, que é importante para uma saga com essa”, explica Vitor Miranda.

Além do corte original lançado nos cinemas, a mostra “Trilogia do Anel” contará também com

as versões estendidas dos filmes. Com acréscimos de quase 1 hora em cada filme, a trilogia com o conteúdo adicional alcança uma duração de quase 12 horas de filmes. Segundo Vitor Miranda, os trechos incluídos trazem desdobramentos que amplificam a construção de mundo da narrativa. “As versões estendidas possuem cenas que ampliam a interação entre os personagens, e também a relação deles com a Terra-Média, a história dos povos envolvidos, a identificação de cada povo com a sua cultura, e que não necessariamente avançam o enredo do filme, por isso são cenas que foram cortadas. Então são trechos que detalham a construção desse universo e sedimentam melhor da mitologia, mas não entraram no corte final. Por isso foram lançadas as versões estendidas, justamente para os fãs que querem ter essa experiência mais completa. Vamos dar essas duas opções no Cine Humberto Mauro”, afirma.

A trilogia “O Senhor dos Anéis” recebeu, no total, 30 indicações ao Oscar, tendo conquistado 17 estatuetas. Os três títulos foram finalistas ao prêmio de Melhor Filme, e são também obras muito populares, tendo faturado, em conjunto, cerca de 3 bilhões de dólares nas bilheterias de todo o mundo. O Retorno do Rei, em específico, atingiu a marca histórica de US\$ 1,1 bilhão.

“Seu postal vai viajar”

O projeto “Seu Postal vai Viajar” está de volta. A Belotur retomou o programa que oferece cartões-postais para serem enviados gratuitamente para qualquer local do país ou do mundo. A ação tem o objetivo de promover Belo Horizonte nacional e internacionalmente, além da possibilidade de recordar e compartilhar momentos com pessoas que estão distantes. Os postais podem ser encontrados nos Centros de Atendimento ao Turista (CAT), na rua Carijós, 527, Centro, e Veveco (avenida Otacílio Negrão de Lima, 855, São Luís). Ao chegar nos locais, os turistas ou moradores da cidade podem solicitar o postal, escrever sua mensagem e endereçá-la, cabendo à Belotur o envio pelos Correios. Nessa retomada do programa, foram produzidos um total de 2,8 mil postais, sendo 7 modelos de pontos turísticos e atrativos da capital mineira. São eles: Casa do Baile, Mineirão, Igreja da Pampulha, Praça da Liberdade, Praça do Papa, Mercado Central e Gastronomia. O verso dos cartões possui um espaço para dedicatórias e traz informações dos atrativos turísticos.

“Retratos de Limercy Forlin”

A Fundação Clóvis Salgado e o Instituto Moreira Salles realizam a mostra “Retratos de Limercy Forlin”. A mostra, que ocupa a CâmeraSete – Casa da Fotografia de Minas Gerais avenida Afonso Pena, 737, Centro) até 4 de fevereiro de 2023, reúne aproximadamente 7.500 imagens em preto e branco tiradas pelo fotógrafo ao longo de sua carreira em Poços de Caldas, no Sul de Minas. A mostra pode ser vista de terça-feira a sábado, das 9h às 21h. Limercy Forlin (1921-1986) comandou seu estúdio fotográfico na cidade de Poços de Caldas entre 1958 e 1982, passando pelas suas lentes desde políticos e figuras conhecidas da região até profissionais liberais, operários e imigrantes. Também foi em seu estabelecimento que muitas mulheres tiraram suas primeiras fotografias para as carteiras de trabalho. Um recorte desse vasto acervo, testemunho da história dos habitantes da cidade, é apresentado na mostra.

Poesia da favela

A Pedreira Prado Lopes é a favela mais antiga de Belo Horizonte, segundo dados da Prefeitura. Ali funcionava uma das cinco pedreiras que forneciam materiais para a construção da cidade e começou a ser ocupada por trabalhadores pobres atraídos pela proximidade com o Centro. O local, que foi berço do samba na capital mineira, continua efervescente quando o assunto é cultura. O “Favela Versa”, da Rede Minas, foi até lá e mostra, no programa de hoje, às 20h, uma das vozes da região. Na atração, a poeta e rapper Stefanny Tereza conta a história da comunidade, o trabalho que desenvolve com as crianças e como a cultura africana foi incorporada. Questões raciais, ancestralidade e a poesia como forma de expressão e libertação, através de uma linguagem própria da periferia, estão na pauta. No discurso da artista, uma poesia que conta histórias do que se vive e se passa sendo negro, exaltando a cultura sem deixar de revelar as dores. O público pode conferir o programa “Favela Versa” pela Rede Minas, no site redeminas.tv e na plataforma de streaming EMCplay.

Museus da Prefeitura

Opção de lazer para todos os belo-horizontinos e visitantes da Capital neste final de ano, os museus públicos municipais administrados pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) irão permanecer de portas abertas ao público até as vésperas do Ano Novo. O Museu Casa Kubitschek, a Casa do Baile – Centro de Referência de Arquitetura, Urbanismo e Design, o Museu Histórico Abílio Barreto e o Museu da Moda de Belo Horizonte abrem normalmente, de quarta a sexta-feira, e terão um horário reduzido, das 10h às 14h, no dia 31 de dezembro. Já o Museu da Imagem e do Som, abre normalmente de quarta a sexta, mas permanecerá fechado no dia 31. No dia 1º de janeiro todos os museus estarão fechados. A programação dos museus públicos municipais pode ser consultada no Portal Belo Horizonte. Todos os museus têm entrada gratuita.

Revitalização de parque

O Parque Municipal Aggeo Pio Sobrinho (bairro Buritis) está ganhando cara nova, graças a várias intervenções para melhorias recentemente realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). E um atrativo inédito em parques da Capital está sendo implantado no Aggeo Pio Sobrinho: um redário com espaço para três redes. A quadra poliesportiva recebeu novo piso, cestas de basquete e traves de gol, além do alambrado, que será todo revitalizado com novas telas e a pintura geral, que está em fase de finalização. A ponte do parque também foi revitalizada e ganhou um pergolado de madeira, que será recoberto por uma trepadeira jade vermelha. Os jardins estão sendo redesenhados e até ampliados, a fim de destacar a beleza desses espaços, com suas bromélias, agapantos, barba de serpente, palmeira azul, margaridas amarelas e asas de barata. A previsão é que todas as intervenções sejam finalizadas até o fim deste mês. O acesso ao parque e suas estruturas é gratuito e o funcionamento é de terça-feira a domingo, das 7h às 18h.

Santa Casa tem novo equipamento

Os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) de toda Minas Gerais passaram a contar com mais um serviço de ponta na realização de exames de imagem. A Santa Casa BH (SCBH), maior hospital 100% SUS do Estado, inaugurou, na última quinta-feira (22), o seu primeiro equipamento de ressonância magnética. O aparelho, que é o mais moderno do SUS, na Capital, é reconhecido pela precisão e qualidade no detalhamento das imagens do corpo humano, possibilitando o diagnóstico preciso de diversas enfer-

midades e complicações.

Estiveram presentes na inauguração o provedor da SCBH, Roberto Otto Augusto de Lima, o diretor de Assistência à Saúde, Cláudio Dornas, que proferiram falas durante o evento, além dos demais diretores, superintendentes, gerentes e colaboradores. A sala onde a ressonância magnética foi instalada recebeu o nome de “Dr. Willon Garcia de Carvalho”, médico e radiologista aposentado que dedicou mais de 50 anos à Radiologia da SCBH. Ao final da inauguração, foi feito o descerramento da placa.

Para Cláudio Dornas, esse momento é um marco para a Santa Casa BH e para todos os mineiros. “Com esse moderno equipamento de ressonância magnética, estamos reafirmando novamente o nosso compromisso de oferecer uma saúde de ponta para os pacientes do Sistema Único de Saúde. Iremos beneficiar diretamente aqueles que mais precisam, com mais um serviço de excelência. Todos nós estamos muito felizes com essa conquista da nossa instituição, que fecha o ano com chave de ouro”, disse o diretor de

Assistência à Saúde.

Utilizada no diagnóstico de doenças neurológicas, ortopédicas, abdominais, cervicais, cardíacas e oncológicas, a ressonância magnética é um exame não invasivo, seguro e indolor que gera imagens detalhadas e tridimensionais, sem utilizar radiação. O paciente entra deitado no equipamento, que cria um campo magnético que funciona como um ímã, onde as moléculas de hidrogênio do corpo ficam alinhadas a esse campo, gerando, assim, as imagens.